



Elson Martins

ACRE

UM ESTADO DE ESPÍRITO

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

311

SENADO FEDERAL



Estão reunidos, neste livro, crônicas, entrevistas e artigos que publiquei em jornais e revistas do Acre e do Amapá em pelo menos 30 anos de jornalismo, a partir de 1975. Os textos foram revistos e submetidos a cortes ou mudanças de título com a preocupação de identificar neles um *ethos* amazônico.

O trabalho foi inspirado no conceito de acrianidade e acredito que isso flui nas memórias da infância vivida num seringal do rio Iaco e nos relatos decorrentes da profissão que abracei como contingência de vida. Gosto de pensar que vivo em um mundo amazônico original e essencial para construção de uma sociedade a favor dos humanos.

Serei recompensado se os textos aqui reunidos servirem de inspiração e crença às pessoas que sonham com uma sociedade global melhor do que a que vivemos neste início de século 21.

Elson Martins

EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

Publicada desde 2003, a série Edições do Senado Federal apresenta títulos de interesse público dos mais variados temas, tais como História, Literatura e Direito. Com mais de trezentos títulos, reúne autores de renome, a exemplo de Otto Maria Carpeaux, Luís Edmundo, Francisco Adolfo Varnhagen e Juscelino Kubitschek. As obras são editadas pelo Conselho Editorial do Senado Federal (CEDIT), órgão criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997 com a finalidade de formular e implementar a política editorial do Senado Federal. O Conselho Editorial recebe, para avaliação editorial e de mérito, propostas que estejam em consonância com as linhas editoriais de seu regimento interno. O autor interessado em publicar por meio do Conselho Editorial deve encaminhar seu manuscrito acompanhado da proposta de publicação para: cedit@senado.leg.br. Para mais informações, acesse: senado.leg.br/conselhoeditorial.asp

Acre, um
estado de espírito

SENADO FEDERAL

Mesa

Biênio 2023/2024

Senador Rodrigo Pacheco

PRESIDENTE

Senador Veneziano Vital do Rêgo

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Rodrigo Cunha

2º VICE-PRESIDENTE

Senador Rogério Carvalho

1º SECRETÁRIO

Senador Weverton

2º SECRETÁRIO

Senador Chico Rodrigues

3º SECRETÁRIO

Senador Styvenson Valentim

4º SECRETÁRIO

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

Senadora Mara Gabrilli

Senador Dr. Hiran

Senadora Ivete da Silveira

Senador Mecias de Jesus

CONSELHO EDITORIAL

Senador Randolfe Rodrigues

PRESIDENTE

Esther Bemerguy de Albuquerque

VICE-PRESIDENTE

CONSELHEIROS

Alcinéa Cavalcante

Aldrin Moura de Figueiredo

Ana Luísa Escorel de Moraes

Ana Maria Martins Machado

Carlos Ricardo Cachiollo

Cid de Queiroz Benjamin

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Eduardo Bueno

Elisa Lucinda dos Campos Gomes

Fabício Ferrão Araújo

Heloisa Starling

Ilana Feldman Marzochi

Ilana Trombka

João Batista Gomes Filho

Ladislau Dowbor

Márcia Abrahão Moura

Rita Gomes do Nascimento

Toni Carlos Pereira

Elson Martins

Acre, um estado de espírito

Edições do Senado Federal
vol. 311

Brasília, 2023

SENADO FEDERAL



EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
VOL. 311

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

Organização e Revisão: Cristiano Ferreira e SEGRAF

Editoreção eletrônica: SEGRAF

Ilustração de capa: SEGRAF

Projeto gráfico: Eduardo Franco

© Senado Federal, 2023

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº

CEP 70165-900 — DF

cedit@senado.leg.br

<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/conselho-editorial-1>

Todos os direitos reservados

Martins, Elson 1939-

Acre, um estado de espírito / Elson Martins. — Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2023.

97 p. — (Edições do Senado Federal ; v. 311)

ISBN: 978-65-5676-359-0

1. Martins, Elson, 1939-, memórias. 2. Jornalista, Brasil, memórias, coletânea. 3. Acre, memórias. I. Título. II Série.

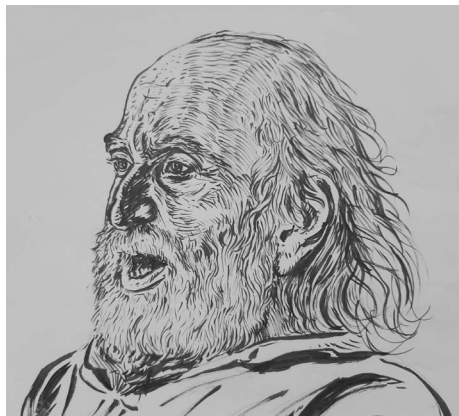
CDD 920.581

Ficha catalográfica elaborada por Cláudia Coimbra Diniz - CRB-1 1179

Este livro é dedicado ao acreano Abrahim Farhat Neto, o Lhé, filho e neto de libaneses, falecido no dia 16 de maio de 2020, aos 79 anos.

Ele foi o militante mais original e verdadeiro das lutas socioambientais do Acre.

E o mais generoso.



Desenho de Fernando França

Com imensa gratidão a Ronald Polanco, por tornar possível a impressão deste livro.

“ALGUMA COISA ANTES QUE ANOITEÇA”
NA LINHA DO EQUADOR

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
PREFÁCIO	13
Nilson Moulin	
AUTOBIOGRAFIA	17
I A FAMÍLIA	21
Coronel Chico Martins	21
Parto impossível	25
Dia do pai	28
II DO SERINGAL PARA A CIDADE	31
Bolero no Colégio	31
Revolta de Pigmeu	33
Tão Zé!...	36
Árvore que voa	38
III HERANÇAS E LUTAS	41
Regatão	41
Índios “Patenteados”	43
Rios de sangue	44
Ciclos da Borracha	45
Pedro Biló virava cobra e sumia	47
Nós e eles	49
Dona Isabel	52
Entrevista malograda	54
Mapinguari	56
“As pessoas ficam embriagadas”	57
Onde pode ser encontrado	57
“Nossa ignorância é mais abrangente...”	58

Mapinguari (<i>versos de Amâncio Leite</i>)	59
Euclides (Acreano) da Cunha	64
IV LIÇÕES DA FLORESTA	67
Adeus, Copaíba!	67
Retirar sem esgotar	68
Desvantagem ao agir certo?	70
Gosto de hóstia	71
Domesticando Mistério	73
Reca	75
Pacto de Fé, faca amolada	77
Papalagui apressado	79
Os 15 Filhos de Maria	81
OUTRAS PALAVRAS	83
EPÍLOGO	

INTRODUÇÃO

Estão reunidos, neste livro, crônicas, entrevistas e artigos que publiquei em jornais e revistas do Acre e do Amapá em pelo menos 30 anos de jornalismo, a partir de 1975. Os textos foram revistos e submetidos a cortes ou mudanças de título com a preocupação de identificar neles um *ethos* amazônico.

O trabalho foi inspirado no conceito de acreanidade e acredito que isso flui nas memórias da infância vivida num seringal do rio Iaco e nos relatos decorrentes da profissão que abracei como contingência de vida. Gosto de pensar que vivo em um mundo amazônico original e essencial para a construção de uma sociedade a favor dos humanos.

Serei recompensado se os textos aqui reunidos servirem de inspiração e crença às pessoas que sonham com uma sociedade global melhor do que a que vivemos neste início de século 21.

Rio Branco (AC), verão de 2021/22

PREFÁCIO

Nilson Moulin¹

Elson Martins: amazônida porque nasceu no coração da floresta, na terra firme, cercado por *Bertholletias excelsas*, Bombacáceas, *Swietenias macrophyllas...* e por seus múltiplos ecossistemas, vegetais e humanos.

Neste caso, quis o acaso (ou, quem sabe, as parcas tecelãs?) que sua trajetória começasse a ser desenhada na escolha do local: nascer naquele seringal do rio Iaco já foi uma premonição do que poderia cumprir-se nos anos vindouros (ou varadouros?).

E, de meandro em meandro, ele foi-se fazendo amplamente amazônida. Começando cedo (mais de meio século faz!), trabalhou e trabalha desde as cercanias da nascente até a foz da hidrobacia: tornou-se uma ponte viva entre a fronteira oeste e o golfão marajoara.

Aqui, ele reuniu escritos de algumas décadas bem vividas. Calejado e discreto que só ele (influência dos tempos de Beagá?), o mestre decidiu editar uma antologia breve, embrião de autobiografia. É provável que assim logre prevenir futuros dissabores... e até o risco de uma hagiografia.

Sumariando os títulos dessas memórias estampadas em papel, resulta um caleidoscópio único. A terra que fez germinar esse imaginário só

1 Nilson Moulin é tradutor de literatura italiana (Calvino), autor de livros de Educação Ambiental e História da Arte. Ex-consultor da Unesco em planejamento curricular, trabalhou na formação de professores em Educação Ambiental. Desenvolveu essa atividade no estado do Amapá no período 1995–2002.

pode ser um desafio bom de enfrentar: com os timbres cristalinos de Elson, o Acre chama!

Adeus, copaíba!
Árvore que voa
Bolero no colégio
Coronel Chico Martins
Dona Isabel
Domesticando mistério
Mapinguari
Papalagui apressado
Índios “patenteados”
Euclides (acreano) da Cunha
Parto impossível
Os 15 filhos de Maria
Regatão
Revolta de pigmeu...

Tantas reminiscências (ou não) ecléticas, bem costuradas e cadenciadas, numa escrita que sugere e recorda música: a gente lê com imenso prazer.

Juntar fragmentos esparsos é decantar uma vida: difícil, por vezes, até mesmo doloroso para quem escreve e corta; emocionante para quem o recebe. Ao interromper – para quando a continuação? Que, da fronteira Brasil-Bolívia, nos venham OUTRAS (boas) PALAVRAS!

O escriba que assina este perfil tem diploma de jornalista, mas não o é: Elson não tem diploma, porém é jornalista nas melhores acepções da palavra, desde a seiva, a medula e o tutano.

Não sei se, entre suas leituras juvenis, Honoré de Balzac se incluiu: algumas passagens me fizeram lembrar da engenharia literária da *Comédia humana*. O silêncio sobre essa fase tão determinante para a formação dos escritores é apenas discrição ou ele estaria deixando uma reserva temática para Vássia (filha, escritora e poeta), continuadora, fazer *crítica genética* de uma perspectiva histórico-literária? (Ô, Elson, doutorado de filho é problema para eles...)

Em Portugal, séculos atrás, os Martins foram discriminados por suas ideias, cristãos-novos que eram. Hoje, são velhos troncos de genealogias diversificadas, bastante espalhadas e bem mescladas, tanto no Velho Mundo quanto neste nosso explosivo e injusto Brasil.

Todavia, este Martins, jornalista por antonomásia, decano das Amazônias, meio franciscano sorna, nem liga para essas questões linhageiras: não precisa, bastam-lhe as raízes acreano-nordestinas e respectivas literaturas e oraturas. Embebidas numa ética de gente trabalhadora, aquém e além de partidos políticos e de igrejinhas de quaisquer gêneros.

Elson, repaginando esses últimos 50 anos com olhos fatigados, porém ainda luminosos, poderíamos fazer um coro: “Ainda não é noite o dia todo, ainda há uma manhã para cada noite” (Ernst Bloch, *in Princípio esperança*).

P.S. – Saber que o Rilke de *Cartas a um jovem...* também foi determinante para você me deixou muito sensibilizado. Apesar de distantes no espaço, termos tido o privilégio de ler o Rubem Braga em tantas crônicas... antigamente...! *Adelante que el viento llevamos en popa!*

Abração,

MonStróPolis, em 27 abril 2007.

AUTOBIOGRAFIA

Nasci pelas mãos de uma parteira às 9 horas do dia 17 de junho de 1939. Sou o penúltimo dos 14 filhos do cearense Francisco Martins da Silveira com a paraense Maria Nazareth Marques de Andrade. Os dois se encontraram em Fortaleza, Ceará, em 1917; casaram e passaram a lua de mel num navio “gaiola” navegando para o Acre.

Seu Chico e Dona Lelé – como ficaram conhecidos – viveram 45 anos nos seringais Potiguar e Nova Olinda, no alto rio Iaco, em Sena Madureira. Mas faleceram em Macapá, no Amapá, nos anos 80. Até lá, sobreviveram com a pensão de veterano da Revolução Acreana que Chico recebeu a partir dos anos 50. O que restou do produtivo seringal Nova Olinda do começo do século 20, que lhe pertenceu, foi uma casa mediana na capital amapaense, vendida e partilhada a tostões entre os herdeiros.

Meus irmãos Pedro (Silveirinha), Aldery, Nivandro, Walter e Orlando são falecidos. O Nivandro não conheci, porque morreu antes de eu nascer. Aos dois anos de idade adoeceu com febre e vômito, e um mascate (regatão) que aportou no seringal lhe receitou comprimidos fatais. Outros três morreram no parto. Os que permanecem vivos encontram-se espalhados pela Amazônia: Arialdo, o mais novo, e Zuleide, nascida dois anos antes de mim, moram em Macapá, Amapá; Normando e Iolanda, em Belém, Pará; Nires e eu, em Rio Branco; Altinha (Altair), em Sena Madureira, Acre.

Ainda bebê, peguei sarampo e fui entregue aos cuidados de Nossa Senhora da Conceição. Escapei por milagre, embora fraco para os desafios cotidianos da floresta. Minhas aventuras no seringal não iam além de umas remadas pelo pequeno igarapé que no período das chuvas crescia e serpenteava por entre a mata oferecendo surpresas e mistérios. Ou rápidas investidas num extenso goiabal existente atrás de nosso barracão, para o qual corria de volta ao encontrar rastro de onça. Sem-

pre mantive, entretanto, olhos e ouvidos atentos aos acontecimentos daqueles confins da Amazônia.

Pelos idos de 1948 desci o rio Iaco, saudoso e assustado, na baleeira do Jorge Antônio – navegador pioneiro da região. Meus pais haviam decidido que eu fosse morar com Aldery em Sena Madureira. Meu cunhado, Salomão Gomes Pinho, havia se estabelecido como alfaiate naquela cidade. Foi o começo dos intermináveis choques que mantenho com a civilização.

No Instituto Santa Juliana, das religiosas Servas de Maria, “queimei” a língua e as mãos ao experimentar o primeiro picolé na hora do recreio. Sustos semelhantes se sucederam no Colégio Acreano, em Rio Branco, onde cursei o primário e o ginásio; no navio a vapor Joaquim Gonçalves, que me levou a Belém no fim de 1958; no Loide Aéreo e na Vasp, no estado do Amapá, onde trabalhei como despachante de terra e conferente de cargas enquanto concluía o segundo grau; em Belo Horizonte, a partir de 1963, onde estudei Cinema, na Universidade Católica, e Belas Artes, na Escola Guignard, além do curso de tecnólogo em Química Industrial, na Universidade do Trabalho de Minas Gerais, como bolsista da Sudam (Superintendência da Amazônia).

Por onde passei, exerci atividades jornalísticas que não estavam nos meus planos (eu queria ser artista plástico). Em BH fui redator nas rádios Inconfidência e Tiradentes. No Amapá fiz correspondência para os jornais paraenses *A Província do Pará* e *O Liberal*, editei *A Voz Católica* e me tornei chefe de reportagem do efêmero diário *Jornal do Povo*. Em 1975, o jornalista Lúcio Flavio Pinto, de Belém, indicou-me para correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo*, com atuação em Macapá. E, em outubro daquele ano, o jornal propôs minha transferência para o Acre como repórter regional. Minha missão era cobrir os conflitos entre seringueiros e fazendeiros na região. Fazia 17 anos que eu deixara Rio Branco sem ter certeza da volta.

A experiência em um grande jornal valeu como aprendizado profissional e durou até 1983, quando, denunciado por fazendeiros que se sentiam prejudicados por minhas matérias, o jornal me demitiu. Nesse tempo eu já dirigia ou editava jornais como a *Folha do Acre*, *A Gazeta*

do Acre e Repiquete, e tinha participado da experiência do *Varadouro*, alternativo que lançou o líder seringueiro Chico Mendes na mídia.

Vivi situações que marcaram minha atividade como repórter: em 1976, escapei ileso de uma emboscada montada pelo fazendeiro João Vilela na estrada de Boca do Acre (BR-317); em 77 fui incluído entre os agraciados pelo Prêmio Esso ganho pela equipe do *Estadão*; em 79 fui convocado para depor na CPI da Terra, da Câmara dos Deputados; e em 83 visitei Moscou, Leningrado e países do Báltico (Estônia e Lituânia) a convite da agência oficial Novosti, da União Soviética.

Em 1988 troquei a direção do jornal *A Gazeta do Acre* pela direção da *TV Aldeia* (TV Educativa) em Rio Branco. Em 91 me transferi para o Amapá, onde, em maio, fundei o jornal *Folha do Amapá*, que editei durante 13 anos em Macapá. Desde então (2003) e pela segunda vez, estou de volta ao Acre.

Elson Martins
Rio Branco, verão de 2021/22.

I

A FAMÍLIA

CORONEL CHICO MARTINS

Nenhum dos Silveira, entre os mortos e os vivos, soube informar como meu pai, um agricultor analfabeto nascido em Baturité, no Ceará, tornou-se seringalista. Nem como se envolveu com a Revolução Acreana, passando a veterano de guerra. Aldery, minha irmã mais velha, narrava a aventura familiar com lapsos de memória difíceis de suprir com outras fontes. A história que ouvi dela em rápidas visitas a Icoaraci, cidadezinha próxima a Belém, no Pará, onde morreu em 2006, me autoriza a escrever: Francisco Martins da Silveira foi um dos protagonistas da saga amazônica de mais de um século que gerou o planeta Acre.

João Martins da Silveira, seu irmão instruído, veio do Ceará para a Amazônia no final do século 19, estabelecendo-se no alto rio Acre – provavelmente, no seringal Empresa (hoje Rio Branco, capital do estado) –, para onde atraiu os irmãos Otávio, Francisco e José. Após a revolução de 1903 e por conta da crescente valorização da borracha, subiu o rio Iaco e abriu o seringal Potiguar, que transferiu, anos depois, a Francisco e Otávio. O terceiro irmão, José, aventurou-se pelo vale do Juruá, só retornando ao Iaco décadas após. Ele e os filhos se tornaram seringueiros em Nova Olinda.

O Potiguar era pobre de seringa, mas tinha solo fértil. Chico, experiente agricultor, aproveitou-se disso para produzir alimentos para os seringais vizinhos, entre os quais Nova Olinda, que pertenceu ao abastado Alfredo Vieira. Na década de 20, com a borracha em estado de falência, o seringalista lhe transferiu a propriedade por ninharia.

Francisco Martins e Maria de Nazaré, ou Seu Chico e Dona Lelé, formavam um casal incomum. Ele era um tipo de pouca instrução, mas

amoroso e honesto, que se rendia com facilidade aos fenômenos míticos e imponderáveis da floresta. Quando se dirigia ao roçado que cultivava sozinho – o que contrastava com sua condição de seringalista –, imaginava encontrar pelo caminho alguns mortos, os quais, embora com sobressano, fazia questão de cumprimentar: “Bom dia, compadre Ananias!”.

Dona Lelé, 20 anos mais nova, revelava timidez indígena e, em muitas ocasiões, rispidez, supostamente explicável pelo sobrenome de solteira, Marques de Andrade, de sangue europeu. Falava pouco, nunca se alarmava e aplicava olhar fulminante nos casos de reprovação.

O casal nem de longe lembrava o perfil de seringalistas descrito nos romances ou nas teses de mestrado e doutorado que tratam do primeiro ciclo da borracha (1890–1914). Lelé cozinhava para seringueiros que vinham do centro da floresta para resolver problemas de aviamento ou de doença na sede do seringal. Além disso, lavava e passava roupa, criava galinhas e patos, tratava dos filhos com remédios caseiros e os alfabetizava com o conhecimento do curso primário feito no Ceará. Lembro de algumas histórias sobre sua adaptação à vida na floresta: temia as onças e as cobras ao lavar roupa num igarapé no acro da mata. “Seu Chico” – era assim que tratava meu pai – tinha que acompanhá-la e permanecer de cócoras no local, com um rifle na mão até que encerrasse o serviço.

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) pegou a família unida em Nova Olinda. A borracha voltara a ter valor por conta do Acordo de Washington, que criou um fundo para reativar os seringais amazônicos; e por alguns anos viveu-se a expectativa de um novo surto econômico. Mas a decisão era apenas uma contingência da guerra: as indústrias dos Estados Unidos e Europa ficaram sem matéria-prima para fabricação de pneus, artefatos cirúrgicos e outros produtos de látex, porque os japoneses, aliados do nazismo, bloquearam o abastecimento da produção asiática de borracha plantada. Daí a convocação dos “soldados da borracha” no Nordeste brasileiro, para protagonizarem o efêmero segundo ciclo da borracha na Amazônia.

Eu não tinha noção do que isso significava, tampouco percebia que morávamos no casarão deixado por Alfredo Vieira com sinais (apodrecidos) de uma arquitetura requintada. Durante a guerra, o seringal viveu alguma prosperidade: o armazém se encheu de mercadorias, as pelas

de borracha chegavam dos centros e seguiam rio abaixo para Manaus e Belém. O barracão, que não conhecia a energia elétrica, ganhou um gerador para ocasiões especiais, além de “extravagâncias” como biscoitos e bombons europeus.

As casas aviadoras estrangeiras com prepostos em Belém e Manaus esvaziavam seus depósitos de produtos industrializados e supérfluos, impondo aos seringalistas produtos não solicitados. Lembro de uma vitrola RCA Victor, do tamanho de um freezer horizontal, que foi desencaixotada em Nova Olinda. Chegou acompanhada de uma pilha de discos de música clássica e alguns xotes e baiões. O aparelho era impulsionado por uma manivela lateral à qual se “dava corda” para girar o toca-discos, em cujo braço se prendia uma agulha grossa, de aço, parecendo um prego curto sem cabeça. Em pouco tempo, o extravagante aparelho restou abandonado num canto da sala, sem uso, embora eu tenha ouvido Mozart e outros clássicos sem imaginar como eram produzidos sons tão belos.

O casarão ficava acima do chão mais de um metro, apoiado sobre esteios de maçanduba e acapu. Tinha pé-direito alto, com varanda, portas e janelas entalhadas, o assoalho desenhado com lâminas de madeira formando gregas. Uma escada metálica, de cobre, com corrimão dourado que teria pertencido a um navio naufragado dava acesso à varanda e à sala de estar. Entre esta e o local das refeições, onde se estendia uma mesa comprida com bancos corridos, havia um escuro corredor central com três quartos de cada lado. E, lá no fundo, a cozinha com paredes e piso de paxiúba.

Num dos quartos, à direita – que certamente foi ornado com colchas e rendas no começo do século 20 –, meu pai amontoava folhas de tabaco para serem transformadas em rolos, como ainda hoje se faz em alguns seringais. Outro quarto era utilizado pelo velho Biu, um negro viúvo que se tornara membro da família. Ele cultivava roçado, ordenhava vacas, fazia pão de milho, cozinhava macaxeira e carregava água da cacimba para abastecer a cozinha. Sofria de uma hérnia na virilha que o forçava a utilizar um instrumento feito de sola para segurar os testículos. Seu nicho parecia impenetrável, dispondo de uma rede, um baú velho, calças e blusões de mescla azul estendidos numa corda. Pequenas porções de

tabaco migado e um cachimbo sobre uma mesa tosca completavam o arranjo, ao mesmo tempo bucólico e estranho.

Sua fala era um resmungo, quase inaudível, que ele complementava com gestos enquanto fixava os olhos em algo invisível. Demonstrava, entretanto, possuir audição aguçada para os sons da floresta e do rio. Previa com dois dias de antecedência (pela batida do motor) a chegada de um batelão ao seringal. Sabia distinguir a lancha do Jorge Antônio de qualquer outro regatão. Queixadas (porcos-do-mato), que reviravam seu roçado de macaxeira, e os japós, pássaros de bico grande que comiam parte do bananal, o irritavam. Quando a família deixou o seringal, ele foi junto, até o Amapá, onde morreu de velhice.

Imagino que o casarão que conheci era apenas uma sombra do que havia sido durante o primeiro ciclo da borracha. Na versão do meu tempo, não existia banheiro nem sanitário interno. Para o banho e a lavagem de roupa, a família recorria a uma cacimba natural localizada 200 metros ladeira abaixo, com paredes e cobertura de palhas de jarina. A “sentina” (sanitário) ficava nos fundos, a 50 metros, fora da cerca de arame farpado que protegia o quintal. Constava de um buraco cavado no chão, em volta do qual foi construída uma “casinha” de paxiúba com um caixão no centro. A pessoa fazia suas necessidades fisiológicas de cócoras, naquele caixote fétido e ao som das varejeiras, enormes moscas de asas verdes.

No quintal, animais domésticos e outros apanhados na floresta somavam mais de uma centena. Porcos, carneiros, patos, jacus e jacamins se acomodavam à noite debaixo do casarão. As galinhas dormiam em galinheiro, protegidas contra mucuras (gambás). Na falta da carne de caça, podiam ir para a panela. Com o mesmo objetivo, criavam-se pombos misturados a nambus e rolinhas. E, por dentro de casa, circulavam bichos de estimação como paca, macaco, papagaio e corujas que voavam entre os caibros catando mariposas.

O chamado segundo ciclo da borracha foi efêmero. Tão distinto do primeiro que as histórias e situações díspares não cabem neste texto. Os pesquisadores bem que podiam estudar sobre a mudança ocorrida na floresta... Quem sabe iam descobrir que o “centro” e a “margem” dos seringais inverteram papéis em decorrência da desvalorização da

borracha. Acredito que muitos seringalistas saíram da floresta porque não sabiam viver dela enquanto base de recursos não mercantis. Posso citar um exemplo eloquente dessa inversão: eu, filho de seringalista, morria de inveja dos filhos de seringueiros que vinham nos visitar. Eles eram hábeis com as armas, falavam de bichos e plantas com detalhes e encantos que eu desconhecia.

Minha mãe vivia a nos alertar: “Cuidado! Tem onça rondando as galinhas e ovelhas no acero da mata”. O alerta fazia sentido. Certa noite de lua cheia, uma pintada veio buscar a porca Xandoca, que estava em via de parir debaixo do barracão. Acordamos com os gritos dela, o latido incomum dos cachorros e o alvoroço dos patos e galinhas. Meu irmão mais velho, Walter, disparou um tiro de espingarda doze na agressora quando ela tentava transpor a cerca de quase dois metros de altura com a presa entre os dentes. O animal ganhou a mata e fomos ver o estrago: além da porca agonizando com a barriga aberta, restavam dez embriões de bacorinhos espalhados em poças de sangue.

Cresci ouvindo e até testemunhando casos trágicos ou de assombração protagonizados por seringueiros ou por meus irmãos e irmãs. Ouvia também histórias de almas penadas narradas por meu pai. Esse mundo mágico não é, percebo agora, para principiantes. Ou seja, não pode ser compreendido por quem não se entrega para fazer parte dele, disposto a viver o inverossímil como fato do cotidiano. As pessoas que se adaptam a ele vivem em parrelha com o perigo, salvando-se por adestramento natural.

O toque de resistência, arrisco dizer, é o espírito, espírito que se rende ao esturro da onça mais que ao confronto com o animal; que nega explicar o agouro da guariba e que se entrega ao encantamento da jiboia faminta sabendo que pode desfazê-lo com alguma magia da floresta.

PARTO IMPOSSÍVEL

Na Vila Icoaraci, nas proximidades de Belém, estado do Pará, vive um artesão acreano especialista em entalhe em madeira e na produção de cerâmica marajoara. Trata-se do José Maria Pinho, nascido no Seringal

Nova Olinda, no alto rio Iaco. Ele tem 62 anos (2009) ou quase isso, é casado e possui duas filhas bonitas, uma delas formada em medicina pela Universidade Federal do Pará.

A história dele começa com um espanto: “É um milagre que tenha nascido.”

Na década de 40, sua mãe, minha irmã Aldery, casou em Sena Madureira com o “arigó” (nordestino que migrou para a Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial) Salomão Pinho. Alfaiate de profissão, ele costurou calças e blusões de mescla azul para seringueiros do Nova Olinda, mas a partir de 1950 se estabeleceu na cidade de Sena Madureira (depois em Rio Branco) vestindo a elite seringalista. Na capital, sua alfaiataria funcionou no Segundo Distrito, nas proximidades do histórico Hotel Madrid, numa época em que o “fato” de linho branco ou de casimira Aurora azul impunha-se em todas as solenidades e até no dia a dia das repartições públicas.

Morando com o casal, durante muito tempo saí do cruzamento da Avenida Ceará com a Rua Marechal Deodoro, junto ao campo do Rio Branco Futebol Clube, levando o almoço dele até a alfaiataria no Segundo Distrito. Fazia longa caminhada e atravessava o rio Acre de catraia com uma marmita quente na mão. Muitas vezes o cunhado recebeu a comida fria, porque, para sobrar dinheiro para o picolé – e sem que ele soubesse –, eu utilizava o Jabuti, uma catraia longa e modorrenta que era mantida pelo governo para fazer a travessia de graça.

Aldery tinha o útero pequeno e não deveria engravidar. Mas só descobriu isso na primeira gestação, que terminou por abortar. Como não havia, à época, preservativos, engravidou uma segunda vez. Aí, a família providenciou para que fosse atendida onde a medicina oferecia mais recursos. A escolha foi Fortaleza, capital cearense, aonde chegou de navio precisando retirar o feto que estava morto no útero.

“A senhora não vai sobreviver a uma terceira gravidez”, advertiu o médico que a atendeu. Mas imagina se não ia acontecer de novo! E dessa vez ela foi recomendada a um especialista de Goiânia, que confirmou o risco e a desenganou: morreriam mãe e filho durante o parto.

Aflita, mas conformada, Aldery retornou a Sena Madureira decidida a morrer no meio da família. Subiu o rio Iaco e passou a morar num

casebre no topo de um morro no seringal Nova Olinda, a um quilômetro da casa dos pais. Separava-os apenas um descampado com ladeiras e arbustos.

Quando não estava costurando calças de mescla azul para os seringueiros e os parentes, o marido Salomão se enfiava no mato ou montava numa canoa para caçar e pescar. A mulher o aguardava no barracão da família. Ao retornar, ele soprava (apitava) num cartucho seco avisando Aldery, que respondia soprando outro cartucho.

Chegou o dia em que ele apitou, apitou, sem resposta. Aldery estava sentindo as dores do parto e dona Lelé, nossa mãe, tinha mandado alguém buscar a parteira Maria Carneiro numa colocação do Centro (entranhas da mata onde vivem e trabalham os seringueiros). O comboieiro havia partido na burra chamada Ligeira, com a recomendação para trazê-la na garupa, voando. Enquanto isso, o desespero tomava conta dos irmãos e das comadres. As crianças foram levadas para longe da casa, para pescar mandi no igarapé ou brincar numa ponta de praia do rio em frente.

Como a parteira demorava a chegar, uma outra pessoa pegou o varadouro (caminho aberto na floresta ligando a sede do seringal às colocações dos seringueiros) para ver o que tinha acontecido. Não tardou a descobrir que o primeiro emissário montava a burra e dona Maria Carneiro, coitada, um “tiquim” de gente, vinha a pé com lama no joelho. A situação foi corrigida e a burrinha irrompeu na margem com sua carga preciosa.

A essa altura, uma senhora de nome Palmira, amiga da família, tentava ajudar recorrendo a métodos supostamente utilizados pelos índios para fazer o parto: amarrou uma toalha molhada em volta da barriga da parturiente e pediu que ficasse de cócoras sobre uma caixa de sabão Zebu, de forma que o bebê pudesse ser despejado ali. Palmira acreditava ser útil soltar umas baforadas com cigarro “porronca” em volta da cena insólita.

Ah, pra quê! Quando a miúda Maria Carneiro viu aquilo foi logo esbravejando: “que diabo de marmota é essa?”. Desamarrou a toalha, chutou a caixa de sabão para longe e começou novo procedimento. Deitou a parturiente na cama e a examinou com o espírito. O braço da

criança estava fora; ela o empurrou para dentro, em seguida preparou chá e banho quente com ervas. Rezou baixinho e tranquilizou a todos com o informe de quem domina o que faz:

“O menino [seria adivinhação?] vai nascer, mas só daqui a seis horas”.

Nem mais nem menos, o Zé Maria nasceu. Só que veio sem a placenta, ficando roxo a cada segundo e sem chorar. Pelo menos a mãe estava salva, pensou a família, enquanto Maria Carneiro, incrivelmente calma, tentava palmadinha, sopro na boca, pressões no ventre do bebê. Como último recurso, perguntou se existia na casa algum vinho, mesmo aberto e encostado. Com a resposta positiva, pediu que esquentassem um pouco numa xícara, pegou uma colherinha com a bebida e enfiou na garganta do moleque, que “esgoelou”, provocando alívio geral.

O avô (meu pai) disparou os três tiros de espingarda avisando que o seringal tinha mais um homem.

Enquanto os tiros ecoavam na floresta, Palmira acompanhou, com encantamento, Maria Carneiro retirar a placenta de dentro do útero da Aldery, uma tarefa complicada mesmo para um especialista em medicina. E a percebeu reconfortada por ter tido êxito com suas habilidades.

Não demorou, a pequenina parteira saiu do quarto. De forma acanhada, cumprimentou a todos na cozinha e aceitou um café. Depois, discretamente, escolheu um canto para chorar.

DIA DO PAI

Não sei quem inventou a data e com que objetivo. Imagino que existem versões utilizadas pelos comerciantes em diferentes regiões do mundo. A versão que conheço parece com as de outras datas, a exemplo do Dia das Mães, Dia dos Namorados ou Dia da Criança, todas induzindo as pessoas a comprarem presentes no comércio.

Como socialista à moda antiga, eu sempre procurei livrar meus filhos da hipocrisia da sociedade consumista: “Isso é coisa da burguesia” – argumentava, num tom quase raivoso, sem me dar conta de que eles acabavam passando por algum tipo de humilhação diante de colegas “alienados”.

Talvez fosse mais honesto eu ter dito a eles e a vocês que me leem agora que minha aversão a esse tipo de festejo está relacionada à origem de seringal nos cafundós da floresta acreana, onde nasci e me criei. Por lá as relações familiares se expressavam sem trela a muitas datas festivas.

Até o aniversário de alguém da família era marcado apenas pelo cardápio do almoço. Invariavelmente, morria uma galinha caipira, grande e gorda, permitindo-se à mesa de refeições que alguém comentasse o motivo.

Creio que o estilo de educação formatado na floresta prevaleceu sobre o aprendizado que acumulei na cidade grande, e nas teorias revolucionárias de esquerda. Eu teria resistido, desse modo, aos condicionamentos das comunidades conservadoras em que me meti. E o resultado foi até a fase adulta: meus filhos ainda se mostram encabulados ao oferecer presentes, mesmo no Natal e Ano Novo.

Em raras ocasiões, entretanto, eles conseguiram romper com a “disciplina” para, a seu modo, homenagear-me. Uma delas foi em junho de 2004, quando completei 65 anos e me submeti a uma festa montada na casa de um amigo de Rio Branco, percebendo, desde a véspera, que haviam armado cumplicidade contra meus velhos hábitos.

Os dois filhos maiores (tenho seis) – Vássia e Tissiano – me surpreenderam ao montar um painel com fotos minhas em diferentes momentos de minha vida, colando nele textos carinhosos e respeitosos. Nunca me senti tão pai e tão herói!

Lembram da música *Como nossos pais*, gravada e cantada nos anos 70 com críticas à Ditadura Militar? Parece que estou vendo a saudosa Elis Regina se desmanchando de emoção no palco ao interpretá-la!

Pois meu pai, Chico Martins, no qual me vejo, não dava corda a filho: pelo menos, não da forma perceptível como se costuma dar. O amor dele se escondia por trás de gestos duros, de difícil tradução. E isso quase nos fez intrigados, de mal um com outro, como se diz. Eu, que numa determinada época me tornei boçal a partir de leituras equivocadas, não conseguia ler a ternura que ele, já velhinho, transmitia através de olhos umedecidos e embaçados.

Uma vez juntei um grupo de amigos e fizemos um programa sobre o Dia de Finados na Rádio Educadora de Macapá, que pertencia à Pre-

lazia. Lemos com voz solta e em jogral poemas de Manuel Bandeira, Carlos Drummond e João Cabral de Melo Neto, entre outros grandes poetas brasileiros.

Ao voltar para almoçar (era domingo pela manhã), vi que meu pai tinha estado o tempo todo com o ouvido colado no seu velho rádio Phillips, cujas válvulas gastas e quentes provocavam chiadeira...

Percebi então, e minha mãe confirmou depois, que ele tinha chorado em várias ocasiões. Uma delas, quando li versos de Manuel Bandeira em que o grande poeta pernambucano recomenda: "Vai ao cemitério, acende uma vela e reza. Não pelo pai, que está morto, mas pelo filho que está vivo!". A memória disso me dói tanto nos dias de hoje!

Pai: agora celebro seu dia com enorme saudade e respeito.

II

DO SERINGAL PARA A CIDADE

BOLERO NO COLÉGIO

A revitalização em 2006 do Colégio Acreano, construído há 70 anos, faz um bem enorme à alma dos seus ex-alunos. A minha, por exemplo, transborda de orgulho porque passei a década de 50 dentro da instituição: fiz o antigo primário no Grupo 7 de Setembro (que funcionava pela manhã), depois o ginásio e o primeiro ano científico no mesmo prédio. Saí de lá, em 1958, “desasnado” por mestres como Florentina Esteves, Geraldo Mesquita, João Coelho, Rufino Soares (aulas de Latim), Miguel Ferrante (pai da novelista Gloria Perez), José Potyguara, entre outros. Nunca esqueci a figura do João Bracinho, o mais perene fiscal de sala e de corredores.

Fui colega de classe ou contemporâneo de gente que faz sucesso mundo afora. Posso citar alguns nomes próximos como Edilson Martins, jornalista e escritor que alguns pensam ser meu irmão; Odacyr Soares, também jornalista, que se enfiou na política tornando-se senador pelo estado de Rondônia; o líder estudantil e político Elias Mansour (falecido), um dos mais brilhantes alunos do colégio; Flora Valladares Coelho, ex-presidente do Banco da Amazônia, que integra a equipe do governo da floresta; a colunista social Marlize Braga; o advogado e escritor Joaquim Nogueira, com quatro livros sobre temas policiais lançados pela Companhia das Letras, em São Paulo.

Não é exagero afirmar que o CA funcionava como uma universidade. Para ingressar no Ginásio, os alunos saídos do primário enfrentavam rigoroso exame de admissão. A maioria frequentava o cursinho preparatório do médico Marinho Monte, que funcionava na Rua Benjamin Constant, onde hoje está localizada a Secretaria da Fazenda. Os bem-su-

cedidos na prova escrita ainda tinham que se submeter a uma sabatina oral de português, história, química e física.

Mas a seleção premiava os competentes, fossem pobres ou ricos. Aos eliminados, restava aguardar o ano seguinte ou tentar duas outras opções de nível secundário: a Escola Normal Lourenço Filho, que formava professores; e a ETCA (Escola Comercial), para contabilistas. Não havia ainda universidade; após o segundo grau, os alunos pegavam o avião da FAB para o Rio de Janeiro, ou navio tipo gaiola até Manaus ou Belém.

A história do CA tem passagens de muito brilho. O colégio era bom em tudo: nos desfiles de 7 de setembro, então, mexia com o coração da cidade de Rio Branco. Lembro que a mãe da jornalista Rose Farias, Maria Celeste (atualmente professora de Letras na UFAC), foi uma bailarina lindíssima e competente. Morríamos de inveja do Aramis (Sarrará), escolhido para seu par nos desfiles. A escolha era feita pelo técnico de Educação Física Walter Felix, o Té, rigoroso na disciplina: ele ficava possesso com quem errava o passo ou ria enquanto marchava.

Uma de suas “vítimas” foi o Edilson Martins, hoje jornalista, escritor e produtor de vídeos para a televisão. Nosso simpático Come-Açúcar (seu apelido na época) tinha traços africanos, com cabelos enrolados e lábios grossos, além do que era um poço de emoções. Nos desfiles não se continha ao passar em frente ao palácio do governo vestindo o uniforme de gala que lembrava o de um almirante. A emoção era tanta que ele não conseguia juntar os lábios, deixando a impressão de riso. O instrutor Té, que nunca entendeu esse sentimento “almático”, o repreendia aos berros.

Eu tomei gosto pela leitura e tive o primeiro contato com o jornalismo no Colégio Acreano. Quando faltava algum professor, íamos para a biblioteca, onde não se podia dar um pio. Li Euclides da Cunha, Guimarães Rosa e clássicos franceses e russos nesse confinamento instrutivo. Com o Edilson Martins e o Odacyr Soares, fizemos o jornalzinho estudantil *O Seleccionado*, que chegou a publicar reportagens e entrevistas despertando interesse até fora do meio estudantil.

Às sextas-feiras, as últimas aulas cediam tempo a um show “lítero-musical” no auditório, onde também eram exibidos filmes bang-bang antigos, aos sábados. Cansei de ouvir a Clícia Montenegro recitar *Navio*

Negreiro, do poeta Castro Alves. Ali apareceram também alguns conjuntos musicais. Lembro de um formado por alunos do 3º ano do curso científico. O hoje engenheiro Fernando Castro era membro de um desses conjuntos.

Aos domingos, durante o verão, turmas de alunos e professoras desciam ou subiam o rio Acre fazendo piquenique nas praias ou nos seringais próximos.

Portanto, e apesar de sisudo, com professores que davam aulas vestindo paletó e gravata, com inspetores plantados em cada sala de aula, o carimbo de “presente” ou “ausente” na carteirinha valendo pontos para aprovar ou desaprovar os alunos no final do ano, o Colégio Acreano sabia incentivar o lazer e a cultura.

Eu mesmo aprendi a dançar valsa, bolero e samba-canção em sala de aula, em sessões preparatórias para o baile de formatura do Ginásio. Entre as professoras de bolero, guardo na memória a performance da colega Marlize Braga (hoje colunista social), então com as curvas e o charme dos seus 18 anos.

REVOLTA DE PIGMEU

Eu comecei a ler revistas em quadrinhos cometendo pecado. Assim entendiam as famílias da sossegada cidade de Rio Branco dos anos 50, de cultura nordestina conservadora e passagem pelo seringal como a minha. Lembro de ter cumprido penitências pelas coleções de Mandrake, Homem Borracha, Tarzan e Fantasma que escondia sob o colchão da cama. Um flagra no colégio podia resultar em suspensão ou outra constrangedora penalidade. Só aos poucos, a inquisição diminuiu até desaparecer de vez. Quando isso aconteceu – que pena! –, eu já me convertera a outras leituras menos atraentes.

O Fantasma era, dos heróis em quadrinhos, o que mais me fascinava, talvez porque suas histórias rolavam na floresta entre índios pigmeus, uma ficção criada em cenário parecido com o da realidade que conheci na infância no seringal.

Nasci em 1939, mas conheci os quadrinhos somente em 1950, creio,

quando passei a morar com uma irmã mais velha na capital. Ela me matriculou no Grupo Escolar 7 de Setembro e eu, por minha conta e risco, ingressei na “sociedade secreta” Gabino Besouro (ora, ninguém sabia que o cara tinha sido um escroto histórico, envolvido no assassinato de Plácido de Castro!), de forte atuação clandestina nas imediações do Estádio José de Melo, do Rio Branco Futebol Clube. A GB agia ao cair da noite, com seus membros vestindo orgulhosamente uma camiseta com o símbolo do Fantasma (uma caveira), uniforme com o qual partiam para as aventuras planejadas sob uma imensa mangueira existente no cruzamento da Avenida Ceará com a Rua Marechal Deodoro.

As aventuras não passavam de brincadeiras mais ou menos inocentes, circunscritas à formação religiosa e moral do grupo. As mais ousadas, empreendidas em noitadas especiais, não iam além do sequestro de uma lata de biscoitos do bar do Coriolano, que funcionava onde fica hoje o Shopping Miragina, ou da retirada de cartazes e fotos dos filmes em exibição no Cine Rio Branco – uma tarefa de alto risco executada de madrugada. O risco era o técnico de projeção Dedé – que dormia num quartinho nos fundos do cinema e tinha o sono leve – acordar com o barulho das tachinhas caindo no piso de madeira da sala de projeção. Tanto os biscoitos quanto os cartazes e fotos iam para uma caverna escavada num baixio do campo do Rio Branco, também vigiado pelo Walter Felix de Souza, o Té, que nunca a descobriu. Fora isso, cometíamos algumas brechadas nas meninas do bairro e, raramente, acirrada guerra de baladeira com outras sociedades secretas.

Não se falava em drogas, estupros ou o que pudesse sinalizar para a violência infanto-juvenil dos dias atuais. Rio Branco era uma cidade que dormia de janelas abertas e tinha como periferia o Papoco, a Capoeira e o Bosque. Os jovens acompanhavam a banda de música da Guarda Territorial desde o quartel até a Praça do Palácio, marchando e batendo palmas. O sexo perpassava pela “sociedade secreta” de forma natural e contida, cabendo apenas alguma esperteza compartilhada.

Em algumas ocasiões, adotávamos a brincadeira do esconderijo com a participação de meninas que permitiam deliciosa iniciação à bolinagem. Apenas os mais graduados da “sociedade” participavam do ávido revezamento entre os que fingiam esconder-se e os que fingiam procurá-los.

Quando a iniciação rareava – afinal, não havia tantas garotas liberadas para o esconderijo – a turma recorria ao ingênuo jogo do “tirando bolo” com as menos assanhadas.

Que saudade dos guerreiros da Gabino Besouro, como os irmãos Pitoco e Sarará, irreverentes e destemidos; e os também irmãos Stélio e Sílvio, que brigavam como malucos dando trabalho para apartar. O Sílvio gostava de meter medo na turma dizendo que adorava o sataná. Quando aconteciam tempestades com raios e trovões, o que era comum naqueles tempos, ele corria gritando com os braços abertos para o céu: “Anda, meu sataná, mostra tua força e me fulmina!”.

A debandada era geral.

Outro maluco de pedra era o “Mão”, que, ao se irritar, virava o próprio sataná evocado pelo Sílvio. Já eu, o Zé Henrique e o Neguinho, vulgo Rock Hudson, formávamos a ala moderada, que se destacava no planejamento das ações da GB. Eu não tinha físico para sair no braço com ninguém. Quando algum outro grupo nos provocava, assumia resignadamente minha vocação de pigmeu.

Pois foi esse impulso de pigmeu, que investia na paz com o inimigo, que me inspirou este texto. Aquele povo miúdo que conduzia os “buanas” aos tesouros da floresta me enternecia e irritava ao mesmo tempo. A história começava com um avião monomotor em meio a um intenso temporal, rodopiando e caindo no meio do mato.

Em seguida, apareciam os nativos, que resgatavam os ocupantes do aparelho sinistrado e os levavam para a aldeia, oferecendo hospitalidade. Como leitor, eu sabia que o Fantasma logo ia aparecer e salvar o tesouro, mas a indignação se repetia de história em história.

O pior é que, após 40 anos de jornalismo na Amazônia, começo a pensar que tenho repetido à exaustão o gesto dos pigmeus. Só no Acre, passei 16 anos (75 a 91) como repórter de conflitos entre nativos e forâneos trabalhando para os jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha do Acre*, *A Gazeta do Acre*, *O Rio Branco*, *Varadouro* e *Repiquete*, sem falar nos “firlas” para revistas nacionais. Disparava setas envenenadas sem a ajuda do Fantasma e sem perceber que os “buanas” que buscam o tesouro do Acre não são os mesmos das histórias em quadrinhos; ou que o tesouro sagrado cobiçam ainda hoje.

Só agora, sob novas e diferentes ameaças à Amazônia, vejo como reluzem os depoimentos, os relatos, as histórias, as imagens que o povo da floresta passa para os invasores da floresta: tudo fácil, tudo grátis, pilhas de papéis, fotografias, fitas gravadas, filmes, emoção e lágrimas. Tesouro recebido com beijinhos no rosto, abraços públicos e falsos que se extinguem nos espaços climatizados e distantes.

E agora que precisamos tanto deles, os heróis dos quadrinhos ficaram para trás no júbilo da infância... E por onde andam os heróis em carne e osso da Gabino Besouro? Cadê o Sarará, o Pitoco, cadê o Rock Hudson?

Publicado em 20/11/2000.

TÃO ZÉ!...

Numa tarde insuportavelmente quente de 1975, com as costas voltadas para a entrada do jornal, eu suava em bicas na redação de *O Rio Branco* em sua antiga sede à Rua João Donato com Avenida Ceará, redigindo um texto sobre conflito de terras.

Acho que estava cochilando sobre uma velha Olivetti, quando um vira-lata rosnou e abocanhou meus calcanhares. Imaginem o susto! Dei um pulo e caí de bunda no chão sujo de tinta de impressão, enquanto a risadaria ecoava das oficinas ao setor comercial. Após alguns segundos, me dei conta de que o suposto “vira-lata” havia corrido de volta à sua mesa de editor-chefe.

Foi mais ou menos assim que conheci o Zé Leite com seu espírito brincalhão. A primeira vez que o vi, ele estava sentado naquela mesa, espremida na entrada do jornal, fumando com auxílio de uma piteira e cercado de pessoas que apareciam diariamente para conversar miolo de pote. O delegado José Tristão, meu cunhado, fez as apresentações.

Após 18 anos fora do Acre, eu estava retornando como correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo*. Muito prazer, disse o Zé com uma cara fingida e sem desviar a atenção da conversa do grupo. O próprio Tristão, quando saímos do jornal, procurou dar uma explicação para a

indiferença do editor: “O Zé pensa que todo mundo é picareta. Ele não está acreditando que tu és correspondente do Estadão”, disse.

Passaram-se alguns dias e vi que minhas matérias publicadas no diário paulista estavam sendo reproduzidas em *O Rio Branco*. Fui lá saber se não interessava ao jornal publicar as matérias completas, sem os cortes feitos na redação em São Paulo. O Zé Leite me recebeu com entusiasmo dizendo que andava à minha procura para acertar essa colaboração. Foi assim que me tornei seu repórter para conflitos fundiários, tendo que me submeter às brincadeiras do editor.

Minha reação naquela tarde canina, porém, não foi boa. Rasguei as laudas que havia redigido e fui para casa demorando a voltar para a redação. O Zé pediu desculpas, com um riso maroto, e penso que nunca as aceitei completamente. Durante anos de camaradagem e identidade jornalística, eu sempre me aproximei dele cauteloso, temendo ser abocanhado outra vez. Eu observava como seus olhos, durante uma conversa, perscrutavam em volta desenhando um rosto inquieto e intrigante.

Creio que esse era o traço mais característico de sua personalidade: um jornalista que seduzia pela inteligência, perspicácia, atenção e dissimulação. Ele parecia orgulhar-se da forma artilosa como chegava a saber de tudo sem precisar utilizar as informações que detinha. E era humano e ético o suficiente para evitar má utilização delas.

Como mantinha a dignidade se fazendo necessário em ambientes críticos era outro truque. Nenhum jornalista da época conseguiria, por exemplo, entrar e sair de um governo como o de Orleir Cameli (1994–1998) sem uma única acusação. Mas ele atravessava as tendências ideológicas, ilicitudes e destemperos sem arranhão, enquanto ficávamos felizes de recebê-lo do outro lado, são e salvo.

Bom, Zé, agora vê se aí no céu tu para com esse teu jeito moleque! Ou, pelo menos, apara as unhas quando for brincar de vira-lata...

José Chalub Leite é o mais reconhecido e amado jornalista acreano. Faleceu aos 61 anos em abril de 1998, data em que escrevi e publiquei esta crônica lamentando sua ausência.

O governo do estado do Acre criou o Prêmio de Jornalismo José Chalub Leite premiando os melhores trabalhos divulgados na mídia local.

ÁRVORE QUE VOA

Enorme, ela caiu do céu numa tarde quente de verão amazônico imersa numa nuvem de algodão. Eu a vi pousar no meio de um lago cercado de floresta densa. Acompanhei sua descida suave e então a coloquei na palma da mão, plantando-a num vaso com estrume.

Eu morava na Chácara do Ipê, condomínio afastado do centro de Rio Branco, numa casa com quintal amplo e piscina, que vendi em 1991 a um amigo. Da piscina, observei o floco branco caindo do céu azul.

A cena era comum nos seringais: identifiquei a sementinha no meio do floco e a retirei para plantar. Depois, voltei ao banho e ao trabalho. Três meses depois, minha mulher me chamou atenção: “A semente nasceu!”

A pequena Samaúma estava com 30 centímetros de altura, mas já com ares de rainha. Escolhi um lugar no quintal, longe da casa, transplantando a muda para a terra. E a pequena árvore cresceu.

Ao vender a casa, fiz exigência: “Vamos colocar no contrato que é proibido derrubar a Samaúma”. A tal cláusula nunca existiu de verdade, mas o novo proprietário passou a cuidar da *Ceiba pentandra* (como os cientistas denominam a espécie) com zelo e carinho. A árvore cresceu imponente e bela, destacando-se entre os velhos ipês que cercam a residência. Tanto que algumas mentes temerosas começaram a assustar o novo proprietário: “Derruba, ela vai acabar com o teu muro... A raiz dela não resiste a uma tempestade!”

Pode ser, e não vou desejar um mal desse ao amigo. Mas acho que ele pode deixá-la chegar à fase adulta, como um monumento que, orgulhoso, exibirá aos convidados e às crianças. Tem tempo para isso, o que um bom técnico poderá atestar instruindo sobre como preservá-la sem riscos.

Sei que a Samaúma atinge 60 metros de altura, possui um tronco com diâmetro de 3 metros e meio e uma copa de 22 metros. Suas raízes não penetram o solo a fundo, mas tecem uma malha à cata de húmus com alguns tentáculos de mais de 500 metros que servem também de alicerce.

Possuindo fibras delicadas, dos galhos às raízes, chamadas sapuemas, de onde se extrai uma água cristalina e boa para beber, a Samaúma é considerada uma árvore sagrada da Amazônia. Ela cresce nas margens

dos rios, junto aos lagos ou no coração da mata densa, servindo de bússola para os povos da floresta.

Na minha infância, sempre tive olhos para essa árvore que voa. Ficava abismado com a semente preta e minúscula (também comestível), à semelhança de um amendoim torrãozinho, que paira sobre a floresta e os rios na sua nave terra, sabe lá quanto tempo. Como se a mãe natureza a espalhasse pelas florestas do mundo, plantando-a nos locais mais inacessíveis ao homem.

Os indígenas Huni Kuin (Kaxinawá) afirmam que a Samaúma tem espírito, ou que o espírito vive dentro dela. Apenas os pajés têm o direito de apreciá-la de perto. Os não índios costumam descansar no seu dorso e imaginar seu voo, certamente, à procura de um lugar fértil na terra e na consciência das pessoas!

III

HERANÇAS E LUTAS

REGATÃO

No século 14, ele já batia à porta dos consumidores medievais da Europa oferecendo alimentos. Comprava no campo mais barato para vender em miúdo e caro na cidade. Era um pequeno comerciante ambulante, um marreteiro. Durante a colonização do Brasil, apareceu nas emergentes cidades com a mesma atividade: comprando e vendendo alimentos e lucrando com a intermediação.

Foi somente no final do século 19 e começo do século 20, entretanto, que, na esteira da economia da borracha, ele se tornou personagem amazônico por excelência: o regatão que subia os rios e igarapés embrenhando-se na selva e ajudando, sem que fosse sua intenção e interesse, a expandir a ocupação humana da maior floresta tropical do mundo.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando os Estados Unidos financiaram a reativação dos seringais da Amazônia para ter a borracha que a Malásia, então aliada de Hitler, negava à indústria americana (sem o látex, os norte-americanos e europeus não podiam produzir pneus e outros artefatos), o regatão já era figura reconhecida na vida regional.

Os seringais da Amazônia haviam sido abandonados pelos seringalistas do primeiro ciclo. Nesse interregno, o regatão ajudou a manter de pé a combalida economia, levando produtos de primeira necessidade aos seringueiros, em troca do que estes produziam: borracha, peles de animais selvagens, penas de pássaros e óleos da mata.

Excluindo o curto período (1939 a 1945) em que os americanos voltaram a se interessar pela borracha amazônica, depois dos anos 20, quem melhor garantiu o aviamento dos seringais foi o regatão. Ele subia os

rios e igarapés, com todo o tempo e paciência, em batelões com motor de rabo e algumas vezes a remo varejão, levando alimentos e muitas novidades.

No apogeu da borracha amazônica (1890–1914), quando se falava que os seringalistas acendiam charutos com notas de um conto de réis, o regatão foi duramente perseguido por fazer concorrência aos barracões. Ou seja, comprava borracha diretamente dos seringueiros, na clandestinidade, deixando-os sem o produto para saldar o débito com o seringalista. Mas isso nunca esmoreceu, nem ao vendedor ambulante, nem ao comprador deslumbrado com as novidades da civilização. Porque, enquanto o barracão oferecia querosene, açúcar, sabão, sal, charque e munição – elementos básicos para manter o físico do seringueiro –, o regatão oferecia miçangas para sua alma.

Eram os cortes de lamê e de tafetá coloridos e macios; os perfumes baratos, mas de cheiro ativo; as brilhantinas; as chitas estampadas e, as rendas; as pulseiras e os brincos; as linhas e agulhas; os cintos, os sapatos, os batons e os pós de rosto; os biscoitos, as caixas de bombons, os sabonetes; as saias e blusas, as anáguas – tantas e tão fascinantes as novidades, que todos se rendiam ao regatão.

Havia, portanto, um gosto e uma tolerância tipicamente amazônicos quebrando a lógica do capital e do lucro.

Dos anos 20 em diante (excetuando o período da Segunda Guerra), a importância do regatão cresceu. Nas regiões mais isoladas, ele passou a ser o único aviador de alimentos, armas e munições, vestimentas, remédios e supérfluos. Acabou tornando-se compadre e padrinho dos moradores dos seringais (em alguns casos, virou patrão). Alguns cresceram tanto com o comércio ambulante que puderam adquirir lanchas modernas e até seringais. Essa situação favorável perdurou até os anos 60/70, quando, então, o regatão, sempre interessado no lucro, assumiria novo e importante papel.

O Brasil vivia o período da Ditadura Militar, que planejava a ocupação da Amazônia com projetos agropecuários. Estados como Rondônia, Acre e Pará receberam migrantes do centro-sul decididos a substituir a floresta pelo pasto para criação de bois. Os anos 70 ficaram conhecidos como a década da destruição por causa das grandes queimadas, do des-

matamento, da invasão de terras indígenas e da expulsão de seringueiros, ribeirinhos e colonos.

No Acre, onde surgiu a figura extraordinária de Chico Mendes, o regatão se revelou aliado dos povos da floresta, colaborando com o movimento em favor do seringueiro autônomo e da criação das reservas extrativistas. Afinal, estes eram seus fregueses tradicionais que, se desaparecessem, ele iria junto.

A aliança decorria da vantagem embutida no aviamento. O que não nega, porém, que, mesmo por vias tortas, o regatão assumia os riscos das lutas amazônicas de vanguarda. Foi assim durante a Cabanagem, a revolução de índios, negros e caboclos da Província do Pará contra a dominação portuguesa nos anos 1834-1836. Nesse movimento, o regatão enfrentou balas e prisão para levar mercadorias aos quilombos, às aldeias e aos fortins dos revoltosos.

Resta saber se, no século 21 em que nos encontramos (2007), ele vai encontrar lugar no mundo globalizado, nem que seja para levar aos ribeirinhos e outros povos da floresta, em vez das chitas e rendas, brinquedos e curiosidades eletrônicas.

De qualquer modo, seu lugar de honra na história da Amazônia está assegurado. A memória que ficou de regatão não é a de simples comércio ambulante que extorquia nos preços, mas do mercador de novidades, do instrumento que socorria povos isolados e aflitos, do estranho que se tornou membro da família, ou seja: ele é um dos nossos heróis atípicos.

ÍNDIOS “PATENTEADOS”

O Acre ainda não tinha dono. Pelos idos de 1880, viajantes se referiam à existência de tribos indígenas na região e, ao narrar a história delas, começavam sempre com algum espanto: “São mais de mil indivíduos saudáveis e alegres. Os homens vivem nus e as mulheres, muito bonitas, usam apenas uma tanguinha!”. Diziam também que os lugares onde os índios construíam aldeias eram verdadeiros “paraísos” na floresta amazônica. Nos vales do Juruá, do Purus e do Iaco, se encontravam essa gente e esses lugares maravilhosos até que visitantes estranhos

começaram a aparecer: madeireiros e caucheiros peruanos desceram das montanhas andinas e entraram pelas cabeceiras dos rios espalhando terror entre as tribos.

Armados de rifles, espingardas e facões, os invasores se lançaram contra um povo que, embora numeroso, se defendia com arco e flecha, tornando-se presa fácil. Assim, muitos guerreiros foram cruelmente assassinados enquanto mulheres e crianças se tornaram escravas. Os que conseguiram escapar foram para longe, deixando para trás malocas, roçados, cultura, histórias e mitos. Depois dos peruanos, os nordestinos que entraram na Amazônia pela porta da frente, subindo o rio Amazonas e afluentes no fim do século 19 e começo do século 20, praticaram o mesmo “etnocídio”.

Com a justificativa de alargar os seringais para aumentar a produção de borracha, seringalistas e seringueiros organizaram grupos para expulsar os índios das terras. As “correrias”, como ficaram conhecidas as missões da barbárie na versão brasileira, foram mais perversas e prolongadas, chegando aos anos 50 do século passado. E deixaram marcas difíceis de apagar, como as iniciais FC com as quais o “amansador” Felizardo Cerqueira marcou a pele de 800 índios no vale do Juruá.

Rios de sangue

Alguns relatos chocantes das “correrias” foram obtidos em 1976 junto aos próprios índios e constam de um relatório da Prelazia do Acre e Purus, escrito pelo Padre Egydio Schwade, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). O documento faz referência a Felizardo Cerqueira e Pedro Biló como pessoas instrumentalizadas pelos seringalistas para perseguir e matar índios na região. A família Prado (Custódio, Raimundo e Ramiro Prado de Azevedo) é citada como principal responsável pela guerra cruel contra os índios, levada a cabo de 1936 a 1954. A matriarca Neusa Prado, que até os anos 80, ao que se sabe, vivia no Rio de Janeiro, vendeu parte do seringal Califórnia ao grupo Copersucar e tornou-se sócia, em outra parte, do grupo Bradesco e da Companhia de Seguros Atlântica Boa Vista.

No período citado, a família teria mobilizado de 10 a 15 homens contra os índios, estendendo seus domínios nas cabeceiras do rio Envira e

afluentes. Um dos chefes das correrias era Pedro Biló, filho de Manoel Galdino Biló com uma índia Katukina, que teria sido morta pelos índios. Educado no ódio contra seus ancestrais, o menino tornou-se grande mateiro e matador como o pai.

Um dos depoimentos colhidos pelo padre Egydio Schwade provoca indignação em quem o lê:

Seu Prado fornecia armas Winchester 44. Nós caminhava o dia todo e pelas quatro horas da tarde, nós parava e acampava. Quando nós percebia a presença dos caboclos, nós parava e examinava bem. Nós acampava a umas três horas da aldeia, e, pelas duas da madrugada, o grupo de jagunços rumava a fim de chegar lá antes de clarear o dia. Os índios moravam em casa grande de forma oval, fechada de palha até o chão. Só tinha duas portas: uma em cada ponta. Os jagunços tomavam conta de cada entrada ou saída da casa. O índio que saía era fuzilado. As mulheres eram derrubadas a tiros. As mais jovens eram capturadas e amarradas umas às outras e levadas para serem adotadas por famílias de brancos. Algumas serviriam de empregadas domésticas para os seringalistas ou para satisfazerem instintos sexuais. Durante a caminhada de volta ao barracão, com os índios aprisionados, as crianças gritavam de pavor e algumas eram silenciadas de forma cruel: os jagunços as lançavam para cima e as aparavam no facão transpassando-lhes o corpinho frágil.

Ciclos da Borracha

Os ciclos da borracha demarcaram dois momentos históricos: o primeiro aconteceu de 1880 a 1920, mais ou menos, com grande euforia dos seringalistas, das casas aviadoras de Manaus e Belém e dos capitalistas europeus que importavam a matéria-prima especial descoberta na Amazônia; já o segundo ciclo, de curta duração, decorreu da Segunda Guerra Mundial, quando a borracha amazônica já havia perdido importância diante da produzida na Malásia, mais barata e em maior quantidade (o navegador inglês Henry Vickhan levara as sementes da *Hevea Brasiliensis* para a Ásia, empreendendo o primeiro ato de biopirataria com produto da Amazônia). Em litígio com os asiáticos, os países aliados na guerra contra Hitler necessitaram “ressuscitar” a borracha brasileira

para alimentar sua indústria de pneumáticos e instrumentos cirúrgicos, entre outros.

As primeiras “correrias” coincidiram com o ciclo do último quarto do século 19 e são atribuídas ao peruano Ângelo Ferreira, que comandava 60 homens fortemente armados para retirar madeiras de lei como mogno e cedro nas cabeceiras dos rios amazônicos. Habilidoso e perverso, ele teria subjugado mais de 800 índios Huni Kuin e Ashaninka utilizando os homens na derrubada e movimentação das madeiras através dos igarapés; outros caçavam, e as mulheres faziam serviços domésticos ou eram submetidas a práticas sexuais. Com a expansão da empresa seringalista, Ângelo retornou ao seu país repassando “seus” índios aos “amansadores” brasileiros. Aqui entram em cena Felizardo Cerqueira e Pedro Biló, com atuação nos vales do Purus e do Juruá, dominando a linha de fronteira do Acre com o Peru.

As informações sobre Felizardo Cerqueira são ambíguas. Há quem diga que foi o maior matador de índios da região, mas há também quem o defenda e o considere pai dos índios. De certo, sabe-se que foi mateiro eficiente na abertura de novas “estradas de seringa” (caminhos na mata que ligam até 150 árvores seringueiras) e que perambulou com os índios. Um pioneiro de Tarauacá que o conheceu pessoalmente, o senhor Telles da Rocha, tio do ex-senador acreano Nabor Júnior (PMDB), chegou a traçar um perfil simpático do “amansador”, como era conhecido. Disse que FC morou muitos anos no seringal Revisão, o último do rio Jordão, afluente do Tarauacá, e que era adorado pelos índios: “Os tuxauas lhe entregavam as mulheres mais bonitas da aldeia para ele desposá-las, e ele gerou 72 filhos”, disse.

Segundo Rocha, a quem entrevistei no começo dos anos 80, Felizardo chegou a Seabra (hoje cidade de Tarauacá) em 1924 e trabalhou para o governo brasileiro nos serviços de demarcação da fronteira. Ele acompanhou a comissão brasileira como intérprete, porque sabia falar mais de 20 dialetos indígenas. Quando a comissão se aproximava de uma aldeia, ele seguia na frente dando presentes e anunciando paz.

Na sequência do relato, porém, Telles Rocha deixa visível o lado bruto de seu herói. Disse que, certa vez, Felizardo vinha das cabeceiras do Breu, rio que marca a fronteira com o Peru nas cabeceiras do Juruá,

e, como de costume, acomodou-se entre as sapupemas (raízes gigantes de uma enorme árvore) para dormir. Mas o mateiro roncava tão alto que alertava animais e índios hostis que perambulavam na floresta. Dessa vez, foi despertado por um índio que procurava estrangulá-lo, e ele, para desvencilhar-se, enfiou um punhal acima do coração do agressor.

Ainda conforme seu Rocha, em 1925, Felizardo Cerqueira passou seis meses na localidade do Curange, no Peru, e, quando voltou de lá, trouxe 500 índios que espalhou pelos rios Tarauacá e Jordão. A liberdade com que o “amansador” se deslocava na floresta, de um país para outro, levando consigo uma massa humana fragilizada e assustada, pode ser explicada pela mesma fonte: “Ele era uma espécie de delegado da União para atuar junto aos índios, tanto que na Comissão dos Limites acompanhou o tenente do Exército Bustamonte de Albuquerque”.

FC era um cearense muito forte, com quase dois metros de altura, durão, mas muito educado. Teles Rocha acreditava que ele tinha “poderes telepáticos” e sabia quando alguém queria matá-lo.

Pedro Biló virava cobra e sumia

Um pouco antes do padre Egydio “varar” a floresta do Purus para o Juruá com outros pesquisadores da Prelazia, o indigenista José Porfírio de Carvalho, que em 1976 foi nomeado chefe da Ajudância da Funai no Acre, inteirou-se das “correries” e ficou sabendo do paradeiro de Pedro Biló (filho). Ele se encontrava na Fazenda Califórnia trabalhando para o gerente do grupo Copersucar, Enzo Pizano. Na companhia de dois agentes federais, Carvalho foi até lá e prendeu o mateiro, trazendo-o algemado para Rio Branco. Quatro dias depois, o soltou sem provas consistentes para incriminá-lo.

Na verdade, Carvalho, que acompanhou o depoimento de Biló na Polícia Federal, chegou a ter pena do homem que conheceu. Estava velho, com 63 anos, e muito marcado pela malária. Biló vivia à época como um ambientalista por conta e risco, que subia e descia o rio Envira, numa voadeira, fiscalizando as praias para que ninguém impedisse a desova e eclosão das tartarugas. Os índios Kulina que trabalhavam como caçadores para Enzo Pizano, na Fazenda Califórnia, consideravam-no um

protetor. E, de algum modo, Carvalho percebeu que não adiantava punir Pedro Biló enquanto os remanescentes da Família Prado continuavam soltos, curtindo boa vida no Rio de Janeiro.

Alguns anos depois, o antropólogo Terry Aquino e o indigenista José Carlos Meirelles fizeram uma longa entrevista com o mateiro, que se mostrou magoado com a prisão e, sobretudo, com a forma como foi citado no relatório da Prelazia. Talvez nem tivesse tido acesso ao conteúdo do documento, mas sim às versões que circularam pela região de Tarauacá, certamente maldosas. Na entrevista, Biló confirmou o que sabia de Felizardo Cerqueira sobre as “correries”, admitindo, entre outras proezas, a de ter “amansado” 800 índios Huni Kuin (Kaxinauá). Curiosamente, repetiu a denúncia do padre:

— *Os patrões de seringal ajuntavam aqueles povos e caminhavam em direção às malocas dos brabos. Quando chegavam lá, cercavam as malocas e abriam fogo. Matava um bocado, pegava as mulheres e crianças enquanto outros brabos fugiam, ganhavam os matos. Naquele tempo havia gente que sabia falar a língua deles. Os próprios índios “mansos” andavam com a gente e tratavam de amansar os brabos.*

Mas Biló riu – e em outros momentos zangou-se – quando os entrevistadores falaram das magias que lhe eram atribuídas. Negou, claro, que tivesse a capacidade de se tornar invisível para entrar nos cupixauas e destruir arcos e flechas dos índios guerreiros. Ou de transformar-se em cobras para atravessar pântanos. Ou ainda de fazer orações para andar fácil por dentro do mato. Sua habilidade tinha outra matriz: aos 7 anos já acompanhava o pai varando matas espessas. E com ele e sua mãe, Katukina, aprendeu muito sobre a cultura dos índios. Sabia como caçavam, o que gostavam de comer, do que precisavam mais quando faziam contato com os brancos. Os índios queriam objetos de ferro (faca, terçado, machado) e armas de fogo; não faziam questão de sal, açúcar ou querosene. Também queriam roupas, porque, expulsos de seus locais escolhidos, eram empurrados para onde havia pragas (piuns e carapanãs).

Surpreendentemente, Biló revelou ter prestado serviço de mateiro ao governo federal em muitas ocasiões. Trabalhou para a Petrobras quando

a empresa furou poços na fronteira com o Peru e ajudou o Exército, a exemplo de Felizardo Cerqueira, a colocar marcos na divisa com o país vizinho. Ele encerrou a entrevista de forma desconcertante para um chefe de correrias ou “amansador” de índios:

— *Certo, houve correrias. Mataram muitos caboclos aqui nesse Acre. Mas os culpados são os patrões do seringal, não sou eu, não. Por que os padres não falam logo a verdade? Por que não perseguem a Dona Neusa Prado, que é rica, que vendeu essas terras para o grupo Atalla e para a Atlântica Boa Vista? Eu não tenho nada com isso, hoje sou amigo dos Ashaninka, dos Kulina, dos Huni Kuin, dos Katukina. Inté índios fizeram correria. Por que só eu querem culpar?*

Pedro Biló morreu ainda nos anos 80, na atividade de vigiar as praias do rio Envira. Seu companheiro de correrias, Felizardo Cerqueira, morreu antes. Pessoas que o viram nos últimos dias de sua vida dizem que ele se sentia vítima da maldição dos índios.

Antes das correrias, existiam mais de 5 mil índios nas cabeceiras do Envira. Agora (2006) restam menos de mil.

NÓS E ELES

A expressão surgiu no Acre dos anos 70, durante os conflitos pela posse da terra. O pronome “nós” representava os seringueiros, posseiros e índios ameaçados de expulsão pela frente de ocupação que chegava à região (1970). E “eles” eram os fazendeiros, grileiros e especuladores de terra que, estimulados e financiados pelo governo federal, tentavam bovinizar os seringais. De 1973 a 1988, o Acre viveu em reboliço com a motosserra e o fogo fazendo estalar suas asas de borboleta, de leste a oeste. E o povo da floresta começava a conhecer o terror inventado na chamada civilização.

Esse terror, contudo, custou a ter um rosto e um nome. A Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), a Igreja e a imprensa, que acompanhavam os conflitos, estranhavam como as vítimas não conseguiam identificar os agressores para orientar as denúncias. Elas

sabiam que não era onça pintada, nem bando de queixada, nem gogó-de-sola (tipo de macaco agressivo). Entretanto, até quando alguns tipos se aproximavam dos barracos de paxiúba anunciando o prazo de expulsão, a descrição era vaga. Falavam de homens que usavam botas de cano longo, calça jeans, cinto largo e chapéu de vaqueiro. E que portavam revólveres na cintura ou empunhavam metralhadoras. Mas não sabiam nomes.

A voz da ameaça também era esquisita, mal dava para entender, mesmo quando prometia dar uma surra no marido que se encontrava trabalhando no mato. A mulher desmaiava, os meninos choravam, entretanto a reação se encolhia deixando-se levar por inércia atordoada.

O cineasta paulista Augusto Sevá apareceu em 1976 para fazer um documentário. Não tinha ainda um roteiro, queria entender melhor o que se passava, como se fosse possível, naqueles tempos, esperar pelo conflito. No dia seguinte ao de sua chegada, os jagunços atearam fogo nos barracos do seringal Nova Empresa, nas proximidades de Rio Branco, e ele registrou as cenas horas depois, procurando em seguida as famílias expulsas. Elas estavam num barraco solidário, na BR-364, no trecho Rio Branco-Sena Madureira.

Quando ele começou a gravar as entrevistas, o terror entrou no barraco. Eram três homens armados e mal-encarados que queriam saber o objetivo das entrevistas. Assustadas, as vítimas recomendaram, ao pé do ouvido, que o cineasta e sua equipe corressem de volta para a cidade. “Eles vão atirar em vocês”, disseram.

O clima ficou nervoso, e logo se iniciou uma perseguição cinematográfica pela estrada, rumo à cidade. A poeira nos salvou da perseguição implacável de uma camionete F-1000, mais veloz e possante que nosso veículo Brasília.

O filme foi montado na França com o título de *Nós e Eles*. Passaram-se alguns meses, e em 1977 fui convocado para depor na CPI da Terra na Câmara dos Deputados. Eu caminhava para o Congresso, preocupado e advertido sobre os parlamentares governistas, quando encontrei em plena rua o Augusto Sevá. Que espetacular coincidência! Ele tinha chegado da França e estava com o filme pronto, debaixo do braço. Perguntei se toparia exibí-lo durante o meu depoimento. “Só se for agora!”, respondeu entusiasmado.

Os deputados governistas ficaram chocados e os oposicionistas indignados com o que viram. Dali para frente, meu depoimento fluiu “verdadeiro e corajoso”, como o descreveu um deputado do MDB, membro da comissão. Ainda vivíamos sob o regime militar e as denúncias envolviam até um general acusado de invasão de terras indígenas.

A Polícia Federal proibiu que o Cineclube Aquiry, de Rio Branco, exibisse o filme. Mas o militante Abrahim Farhat conseguiu uma cópia e a levou para os sindicatos de trabalhadores rurais e associações de moradores. A denúncia contida no documentário continua valendo, embora o título pareça defasado, porque agora são conhecidos os nomes, os rostos e os papéis da ameaça.

De fato, uma parte dela entranhou-se na vida acreana de algum modo. As cercas, por exemplo, modificaram as estradas de seringa que formavam pétalas de flor e se cruzavam coletivamente. Muitos hábitos e gostos também foram introduzidos nas relações humanas e no aprendizado dos povos da floresta.

Lembro de uma cena que provavelmente não se repetiria hoje (2007). Uma equipe do *Globo Rural* filmava um empate de posseiros contra o desmatamento de uma área pretendida pela Fazenda Bordon, no médio rio Xapuri. Na ocasião, apareceu o capataz da fazenda, Tomás, com dois jagunços, estabelecendo-se curioso debate na beira do rio. Irônico, o capataz dirigiu-se ao repórter Ivaci Matias insinuando que os seringueiros estavam tão bem de vida que podiam até pagar uma equipe da TV Globo para cobrir um empate! O repórter explicou que fazia outro tipo de matéria quando se deparou com o conflito.

Enquanto os jagunços alisavam o coldre de suas armas, ameaçadoramente, Tomás mudou de estilo, declarando que os fazendeiros trabalhavam pelo bem dos acreanos, pois agora eles podiam comer carne de boi de primeira. Foi então que um seringueiro, revoltado com a conversa, gritou do alto do barranco: “Nós não queremos carne de boi! Nós gostamos é de carne de macaco!”.

Eu, quando criança, comi muita carne de macaco. Não entendia nada de ecologia nem de extinção das espécies. Também nunca tinha experimentado um churrasco de picanha ou uma costela de ripa assada em forno de padaria. Numa recente visita aos castanhais do rio Iratapuru,

no sul do Amapá, aceitei educadamente uma coxa de macaco frita em caçarola. “Enguiei” e cuspi fora. Tal qual “eles” fariam.

DONA ISABEL

Eu a vi pela primeira vez em setembro de 1983, no pequeno aeroporto de Cruzeiro do Sul, segunda mais importante cidade do Acre na Amazônia Ocidental. Chamou minha atenção o jeito dela descer de um avião Búfalo da FAB com o marido e sete filhos pequenos, em meio a outros trinta e tantos parceiros que chegavam do sul do país para embrenhar-se no Projeto Santa Luzia, do Incra. O governo federal construía a hidrelétrica de Itaipu no outro extremo do Brasil, e famílias como a de dona Isabel estavam sendo desalojadas e enxotadas para longe.

Ela se confundia com os filhos de tão miúda, mas caminhava na frente e apressada em direção à estação de passageiros. O marido ficara para trás embaraçado com alguns trapos e panelas. Um padre e quatro irmãs aguardavam o mesmo avião para fazer o caminho inverso, supostamente, um lugar melhor e abençoado. A mulherzinha puxou sua prole de crianças assustadas para cumprimentar e beijar a mão dos religiosos.

Na segunda vez que a vi, eu cheguei perto. Fazia três semanas que Isabel Monteiro, 45 anos (1979), franzina, de metro e meio de altura, se encontrava enfiada sob uma lona em plena selva e começo de chuvas, assumindo um lote no assentamento Santa Luzia. Eu a reconheci lembrando a cena do aeroporto e quis saber de sua vida:

— A senhora está contente? Está bem aqui no meio desta mata amazônica?

O projeto Santa Luzia fica a 42 quilômetros de Cruzeiro do Sul num trecho da BR-364, intrafegável até então, onde o Incra abriu ramais mata adentro despejando famílias no meio da lama, da malária e das onças. Eu viajava num jipe com tração nas quatro rodas junto com autoridades que falavam baixinho em armadilhas. O dirigente regional da Sucam (hoje Funasa), o médico Roraima Moreira, dizia que “o monstro está se

formando”, referindo-se ao quadro de epidemia de malária que se desenvolvia. Ele havia solicitado exame de fezes dos parceiros, confirmando que todos tinham verminose. Outro médico, do 7º Batalhão do Exército, detectara diarreia e gripe.

Isso era quase nada diante de outros riscos. Famílias do Sul não conheciam a Amazônia e por isso deixavam bebês em cestos no acro da mata enquanto procuravam madeira para construir seu barraco. Eu mesmo encontrei um, coberto por abelhas, e mais três crianças lindas, sozinhas, numa trilha com perigos em volta. Atônitos, os pais procuravam se situar embrenhando na selva sem avaliar riscos. E o inverno estava só começando: eles ficariam isolados mais seis meses sem saúde e sem comida.

Dona Isabel, com um sorriso nervoso e um quê de felicidade, mostrou a barraca de lona onde estava com o marido e os filhos. Eram pouco mais de dois metros quadrados com alguns colchões, sacos e painéis espalhados sobre a terra. Uma das crianças estava com malária, outra sentia febre e dores. Ela mesma estava sofrendo um “pouquim” dos nervos. Não dormia e sentia “aquela tremura, uma coisa estranha no corpo, mas acho que é mesmo uma fraqueza que eu tenho”, justificou.

A mulherzinha foi se revelando como num confessorário... Nasceu mineira de Espera Feliz, no município de Carangola, e desde os 10 anos de idade trabalhava na roça. Saiu de lá para o Paraná, onde viveu durante 16 anos; daí para o Mato Grosso do Sul, depois o Paraguai. Sempre plantou muita coisa: milho, arroz, feijão e colheu café, “mas não era pra nós, o senhor compreende, né!”. Era para o patrão, para quem ela e o marido trabalhavam como agregados. No Paraguai, ainda tinham que pagar um “permiso”, espécie de taxa para ficar no estrangeiro.

— Então pensamos – disse resignada –, só Deus para abrir uma porta para nós. E Deus abençoou que abriu esta porta.

A declaração me deixou em estado de choque. Então a malária, as onças, as chuvas fortes que iam chegar, o isolamento, a fome não a assustavam?

— Falo pro senhor – respondeu, como se eu tivesse mesmo perguntado – tem hora que eu choro de alegria de ver tanta gente boa, que não deixa

nós jogado aqui dentro. Tem hora que eu fico até meio acanhada de ver tanta boa vontade.

Eu soube, depois, que alguns seringueiros e colonos acreanos tinham visitado a família e oferecido ajuda. Um deles convidou-os para passar o inverno em sua casa, na BR-364, dividindo aflições e esperanças. Bendita solidariedade acreana!

Ao me despedir, perguntei se podia bater uma foto da família reunida. Faltava o marido, que se encontrava na mata procurando os limites do lote. Mesmo assim, dona Isabel juntou a meninada e vi, pelo visor da máquina, que seus olhos e todo o seu rosto brilhavam de confiança e agradecimento.

— “Nós fica muito contente” – respondeu.

ENTREVISTA MALOGRADA

Depois que mataram Chico Mendes, passado certo tempo, eu me vi numa mesa de restaurante rodeado de gringos, aos quais a antropóloga Mary Allegretti, amiga do líder seringueiro, me apresentou falando em inglês. Um jornalista canadense olhou-me surpreso, puxou um livro de sua mochila e, após folheá-lo, apressado, indagou se eu era o Elson Martins citado na obra. Mary confirmou acrescentando mais alguma coisa sobre minhas atividades no Acre. O canadense chamou-me de herói e disse que gostaria de ser o jornalista que eu era.

O livro em que sou citado foi escrito por outro jornalista, o americano Jonathas Kandell, se não me engano em 1977. Kandell, Chico Mendes e eu passamos alguns dias juntos viajando pelas áreas conflitadas de Xapuri e Brasileia, ouvindo relatos dramáticos da situação vivida na época por seringueiros e posseiros. Infelizmente, não consegui ler o conteúdo do livro, cujo título numa tradução literal seria “Eldorado”.

O canadense fez uma entrevista comigo após o almoço utilizando alguém que não foi a Mary como intérprete. À medida que avançava

com as perguntas, porém, o seu entusiasmo por mim foi diminuindo e, aparentemente, transformou-se numa grande decepção. É que ele quis saber minha opinião sobre outros “heróis” do movimento dos seringueiros e as respostas foram de descrença, beirando a desesperança. No final, perguntou-me no que ia dar aquela briga toda dos anos 70/80?

— Olha – respondi –, eu acho que o Acre está sendo derrotado em muitas coisas e os seringueiros ainda vão perder muitas batalhas. Eu temo pelo futuro da Amazônia!

Tenho certeza de que saímos os dois arrasados daquela entrevista. Eu fiquei com o sentimento de culpa por não ter encontrado palavras de vitória e otimismo. E se estivesse completamente errado? Como é que um sujeito que acompanhou de perto a organização dos sindicatos de trabalhadores rurais, participou da criação do PT, testemunhou na justiça contra fazendeiros e até sofreu emboscada não sabia reconhecer os avanços dos companheiros de Wilson Pinheiro e Chico Mendes?

De 1990 para cá, porém, uma série de fatos me convenceu de que eu dera respostas sensatas: a eleição de Edmundo Pinto (que Deus o tenha) em 1990 e do Orleir Cameli em 1994 para o governo do estado seriam exemplos. A decadência política do João Maia e de outros esquerdistas que ganharam mandatos, mas falharam com o povo acreano; a ascensão de fazendeiros e grileiros aos poderes Legislativo e Judiciário; o narcotráfico fardado; a imprensa vendida e antiética...

Vale ponderar que teve a eleição do Jorge Viana para a Prefeitura de Rio Branco (1992), a eleição da ex-seringueira Marina Silva para o Senado (1998), a criação das reservas extrativistas e mais algumas conquistas... Tudo bem! Mas como se explica que outros protagonistas da resistência acreana contra o desmatamento e pelo desenvolvimento sustentável do Acre fossem relegados ao esquecimento ou chamados, apenas, quando pareciam indispensáveis durante uma escolha eleitoral?

Se eu, algum dia, encontrar novamente aquele jornalista canadense com um tradutor por perto, vou dizer-lhe que a briga acreana em defesa da floresta e dos que vivem dela mal começou!

Publicado em 1995, este texto, na minha opinião, apesar dos avanços alcançados em duas décadas de Governo da Foresta, ainda não envelheceu.

MAPINGUARI

A figura horripilante do Mapiquari está no imaginário dos povos da floresta. Vira e mexe a gente ouve falar de alguém que em algum ponto remoto da Amazônia se deparou com o bicho. Sua fama chegou até o Japão, interessando a *Television Broadcasting System* (TBS), que mandou uma equipe filmá-lo nas matas do Acre. É claro que não conseguiu: 10 técnicos transportando 40 volumes com uma tonelada de material de filmagem passaram uma semana (em agosto de 1996) procurando o gigante lendário sem ver nem o rastro do animal.

O biólogo norte-americano David Oren, pesquisador do museu paraense Emílio Goeldi, em cujos estudos a TV japonesa se baseou, andou bem perto de dar uma explicação científica dos relatos de seringueiros e índios. Eu o entrevistei em 1996 em Macapá, no Amapá, e ele disse estar convencido de que o Mapiquari é uma preguiça terrestre que viveu há 10 mil anos em várias regiões do planeta e que ainda pode ser encontrada em lugares isolados e impenetráveis da Amazônia.

Já o poeta Amâncio Leite, de Cruzeiro do Sul, em 1930 publicou um poema mostrando o estrupício em que se meteu o seringueiro João Tomé por conta do estrambótico animal. A entrevista completa com o biólogo eu publiquei no jornal *Folha do Amapá*, e em 2003 fiz um resumo dela para a revista *outras palavras*, editada pela Fundação Cultural Elias Mansour, do Acre. Para a revista eu juntei parte do poema Mapiquari, do ex-seringueiro e poeta acreano Amâncio Leite, que viveu no começo do século passado em Cruzeiro do Sul, no Vale do Juruá. Esta é a versão que decidi incluir no livro:

“As pessoas ficam embriagadas”

Os depoimentos colhidos por David Oren, de seringueiros e índios que já viram ou pensam ter visto o Mapiquari, são quase idênticos: “Eles

o descrevem como um animal que deixa rastros redondos, é cabeludo, fede muito, e quem já o viu uma vez não quer ver de novo”, disse Oren, acrescentando: “Muitas pessoas falaram para mim que deram de cara com o diabo. Quando ele fica de pé, cambaleando, torna-se assustador. Uma coisa é você andar no mato e, de repente, a Virgem Maria aparecer para você. Outra é o diabo em carne e osso aparecer. As pessoas ficam completamente perturbadas”.

Segundo o pesquisador, uma explicação lendária para o Mapinguari é que seria um índio, um pajé que descobriu o segredo da imortalidade, mas o preço que pagou por isso foi se transformar num animal horrível e fedorento. Cerca de 100 pessoas disseram para Oren ter tido contato ou pelo menos ter ouvido o grito do Mapinguari. Outras 60 disseram que viram o animal. Algumas afirmam tê-lo matado, mas não conseguiram chegar perto porque ficaram embriagadas, desnorreadas e intoxicadas com o fedor.

Um seringalista chegou a oferecer uma recompensa para quem matusse o bicho, e um seringueiro entrevistado por Oren afirma que o matou, mas não conseguiu chegar perto para tirar uma amostra de cabelos e unhas para levar para o dono do seringal. Ele tirou a camisa e a envolveu no pescoço, tapando o nariz, mesmo assim ficou embriagado. A sorte dele é que estava acompanhado de um amigo que havia corrido assim que o bicho apareceu. O amigo serviu de guia para abandonar o local depois.

Onde pode ser encontrado

David Oren afirma ter relatos de quase toda a Amazônia, sempre com uma coisa em comum: o Mapinguari aparece nos lugares mais longínquos, aonde quase ninguém vai. As histórias são a de um seringueiro abrindo novo caminho (varadouro) mata adentro por uma área onde ninguém andou antes. “Em todas as tribos indígenas que eu conheço, os índios têm muito medo desse animal. Mesmo os Caiapós, que são mais brabos, têm um tipo de zoneamento dentro da reserva deles. Onde o animal aparece, eles não vão. É uma reserva para esse bicho, que consideram perigoso e não querem encontrar”, disse o biólogo.

Existem evidências da presença do Mapinguari no Acre e no Amapá. Neste estado, que faz limites com o estado do Pará e a Guiana France-

sa, o animal poderia ser encontrado no alto Jari. A lenda é recorrente entre os castanheiros do rio Iratapuru, afluente do Jari, que conhecem um relato semelhante ao dos seringueiros do Acre. Três caçadores da região teriam sido contratados há algumas décadas para matar o estranho bicho que vivia assustando madeireiros e castanheiros. Eles prepararam um mutá (local de espera numa árvore) na mata, onde dormiram três noites. Dois caçadores desistiram e o terceiro viveu a terrível experiência na quarta noite. O animal aproximou-se com seu grito apavorante na escuridão da mata, até aparecer no foco da lanterna do caçador. Este disparou a arma num vulto cinzento, monstruoso, e não se lembra de mais nada até o dia seguinte, quando acordou do desmaio. Viu sangue e mato quebrado no local e os mesmos rastros redondos. Tomado de pavor, procurou o caminho de volta para nunca mais andar por aquela região.

“Nossa ignorância é mais abrangente...”

David Oren está convencido de que o Mapinguari é uma preguiça terrestre: “Hoje em dia, explica, a gente só conhece as preguiças que vivem em árvores, que são de médio porte e pesam no máximo 5 quilos. Mas até aproximadamente 10 mil anos atrás existiam 8 espécies de preguiça na Amazônia, que andavam somente no chão. Uma dessas espécies era maior que um elefante”.

Segundo o biólogo, existem fósseis da preguiça gigante no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Na Universidade do Acre, o professor Alceu Ranzi reuniu outros fósseis, e na Universidade de Minas Gerais o pesquisador Cartelli, com mais de 25 anos de experiência, possui acervo maior ainda. A preguiça terrestre é da família do tamanduá-bandeira, que fica de dois pés para se defender. “Esse animal (a preguiça terrestre), quando fica de dois pés, cria uma relação entre a cabeça, os braços e as pernas que se assemelha à do ser humano”, argumenta Oren.

Mas o problema para a pesquisa, esclarece o biólogo, é que muitas pessoas que tiveram contato com o bicho imaginam ter visto o diabo e não querem falar. Tem também o fato de grande parte da população não acreditar nos relatos e as pessoas não querem ser ridicula-

rizadas. E mais: de tão terrível, as pessoas não gostam de lembrar a experiência.

David Oren esclarece que a ciência trabalha com o mundo físico e com o que pode ser comprovado cientificamente, entretanto ele se questiona se esse mundo material que pesquisa é o único mundo que existe: “Tem várias coisas que não podem ser explicadas pela minha ciência”, declarou. “Nosso conhecimento sobre a Amazônia é uma coisa que fica muito clara para qualquer cientista que anda por aqui. Eu gosto de repetir que nossa ignorância é muito mais abrangente que nosso conhecimento. Estou tentando aumentar um pouco os nossos conhecimentos para a sociedade como um todo refletir sobre a nossa ignorância”, disse Oren.

MAPINGUARI

(versos de Amâncio Leite)

Certo seringueiro, um dia
Chegou correndo da estrada
Na qual, há tempos não ia,
Não trouxe leite que desse
Para melar a bacia!

Chegou cedo, muito cedo;
Antes da hora marcada,
Seu companheiro ainda andava
Lá pela volta da estrada.
Fez assim, só porque dera
Uma carreira danada!

O triste vinha afrontado,
Verde-amarelo e sem fala!
Saltando dentro de casa
Deitou-se em meio da sala.
Seu rifle de doze tiros

Não trazia uma só bala!

Que teria acontecido
Com aquele pobre rapaz!
Teria ele esbarrado
Com o velho satanás?
Talvez, depois saberemos
Quando chegar Zé Thomaz.

Zé Thomaz – o companheiro
Chegou, depois de uma hora.
Quando o viu, gritou de longe:
– “Que foi ‘seringueiro espora’?!
Teria você ‘encontrado’
Mapinguari ou caipora?”
– Encontrei Mapinguari:
(Respondeu-lhe João Tomé)
Me “atrepei” numa “pupunha”
Com as alpargatas no pé...
– Então me conte “direito”
como esse danado é!

“Ele é maior que um boi
Daqueles do rio da Prata...
Chega ‘estremecia’ a mata...
Fez-me ‘atrepá’ na ‘pupunha’
Calçando as alpargatas!”

“Mas rapaz...será ‘possível’
Que não deste ‘ao menos’ um tiro?...”
“Ora, eu não dei...dei só doze!
Mas, de que mais me admiro
É ‘que ele’ fez tanta conta
Que não mudou nem de giro!”

“Mas onde foi que encontraste
Tamanha ‘fera’ de fama?...”
“Foi no ‘cabeço’ da volta
Junto à madeira da ‘cama’
Cá mais atrás, eu vi, ‘fresco’
O rasto dele na lama...”

“Esse bicho é cabeludo
E todo cheio de escama?”
“Eu lá pude ‘reparar’
Pra esse ‘filho de mulher-dama’?
Que além de ser muito feio
É todo cheio de trama!...”
“E o resto dele, como é?
Se parece com o de burro?”
“Parece, mas é maior!
E se tu lhe visse o ‘esturro’!...
Eu penso que aquele figa
Mata as ‘onça’ só de murro.”

“Qué vê, ‘vamo’ quinta-feira
Que é dia que ninguém corta...
Hoje é segunda e é das ‘arma’
(Santo pra quem tem mãe morta)
Tu vai só vê o ‘esfolado’
Na baixa da ‘ponte-torta’...

Eu tava ‘cuiendo’ o leite
Da madeira do ‘cabeço’
Quando vi um grito longo
‘Como’ outro não conheço!
Me deu um tremor nas perna
Que quase a terra eu não desço...

Mas, afinal desci sempre
Me assustando de Cupim!
Rifle com bala na agulha
Mão no cabo do 'ispadim'.
Quando eu cheguei debaixo
Ele gritou mesmo assim
Desta vez foi 'redobrado'
Gargalejando no fim!

Eu armei o 'pau-furado'
Me encostei na 'seringueira'
Quando o monstro 'pretejou'
Eu pensei que era um bandeira...
Baixei a bala pra cima...
Mas qual, José. Foi 'besteira'!

Enquanto o cão coça o olho
Dei dez tiros no danado...
Mas ele, nem mode coisa!
Nem ficou 'arrepinado'
Continuou avançando
No meu rumo, me provando
Que tinha o 'corpo-fechado'.

Aí dei-lhe mais dois tiros.
Pronto! O rifle virou pau...
Meus cabelos espencaram
As pernas virou mingau...
Meti a mão na poltrona,
Nem uma bala, sinhá dona,
Danou-se seu 'Nicolau'

Aí, eu vi 'que morria'...
- A coisa tava amarela! -
Na 'madeira' eu não subia

Pois é de sete tigelas
Chorei de ser seringueiro...
'Cacei' os dois 'companheiros'
Já tavam no 'pé-da-goela'!

Me pus de trás da 'madeira'
Me deitei rés com o chão.
'Me peguei' com São Francisco
De todo o meu coração...
(Mas, o lá do Canindé!)
Nisto, o bicho 'pois-se em pé'
Olha lá o estirão!...
Tanto é alto 'como' é grosso
O renegado 'Mapim'
Eu me pegava com os santos
Não dá 'fé' ele de mim!
Oh! Que aperto... 'que agonia'...
Meu... - aquele - não cabia
Nem um talo de capim...!

Ele 'arreganhou' as unhas
E me arranhou a 'madeira'!
Nisto, eu me ergui e corri
Pro pé da Tucumanzera;
Nesta, - 'calcule você' -
Subi mais depressa que
Largatixa em cajazeira!
Ele só fez 'espiar'!
Mas nem ligou-me 'importância'...
Se não fosse o São Francisco,
- Adeus 'história' adeus dança! -
Quem diabo a coisa contava?...
'Porque nesta hora eu tava'
No 'porão' daquela pança!..."

Versos do poeta-seringueiro acreano Amâncio Leite, extraídos de
Os cantares seringueiros, edição de 1930.

EUCLIDES (ACREANO) DA CUNHA

Com um atraso imperdoável de 100 anos, o Acre descobre agora (2005) que o escritor Euclides da Cunha é – depois do Imperador Galvez e de Plácido de Castro – o personagem mais rico de sua história. E começa a compensar a “leseira” com uma semana de programação dedicada à memória do autor de *Os Sertões*.

Em 1905, após tornar-se internacionalmente conhecido pela monumental obra que escreveu sobre a Guerra de Canudos, no sertão nordestino, Euclides recusou convites para dar palestras na Europa e outras regiões do mundo onde começava a ser traduzido e publicado, preferindo entranhar-se nas matas da Amazônia para acompanhar a saga dos brasileiros que sonhavam enriquecer com a borracha. Conseguiu ser nomeado pelo Barão do Rio Branco chefe da Comissão Mista Brasileira-Peruana de Reconhecimento do alto Purus, que clareou e demarcou as fronteiras entre o Brasil, Peru e Bolívia.

Sua intenção era escrever outra obra monumental: “Escreverei sobre um paraíso perdido”, como admite num dos textos que publicou na imprensa do Rio de Janeiro após emergir da rudeza da floresta. Com a visão de cientista (era engenheiro e ensaísta) e alma derramada na melhor expressão humana, deixou grafadas para o futuro mensagens cujo conteúdo é, hoje, a melhor síntese e lição para o debate sobre o que fazer na Amazônia: “Para saber o que é a Amazônia, é preciso deixar os olhos e o coração soltos sobre os rios, as matas e os povos que escolheram a floresta como seu lugar”.

Após as viagens pelo Acre, escreveu *À Margem da História*, livro básico para o entendimento da natureza e do homem daqueles tempos e que ajuda a perscrutar a identidade dos povos da floresta na atualidade. Ninguém melhor descreveu a agonia de seringueiros e índios na rudeza da selva, os fenômenos geográficos, o isolamento e o mistério que compõem a identidade acreana.

Ao retornar da Amazônia, o escritor, ensaísta e historiador manteve intensa vida literária no Rio de Janeiro. E morreu em 15 de agosto de 1909, assassinado após invadir a casa de Dilermando de Assis, amante de sua esposa Anna.

O Acre registraria, alguns anos depois, outra tragédia envolvendo a família do escritor. Em 1916, seu filho Sólon da Cunha, que era delegado de polícia do município de Feijó, no Vale do Juruá, subiu o rio Envira na companhia de agentes para prender quatro seringueiros acusados de assassinar o filho do patrão. Embora advertido por ribeirinhos de que seria recebido à bala, Sólon insistiu na missão e foi morto a tiros.

Esta e outras passagens do escritor e seu filho pela região serão, daqui para frente, resgatadas e tratadas com zelo histórico e afetivo pelos acreanos. A iniciativa do movimento euclidiano local partiu do desembargador Arquilau de Castro Melo, que foi advogado de Chico Mendes nos anos 70 e 80, e vive agora a escarafunchar processos e outros registros antigos nas comarcas do interior do Acre.

A semana Euclides da Cunha (29 de novembro a 3 de dezembro) abriu com o lançamento do livro *O Enigma de Os Sertões*, de Regina de Abreu, e a assinatura do edital em que a Editora da Universidade Federal do Acre se compromete com a publicação das obras do escritor. Em seguida aconteceram palestras, exposição de fotos sobre as expedições no rio Purus e exibição do filme *Paz*, do cineasta Noilton Nunes, que relata a vida de Euclides da Cunha.

Neste começo do século 21, o Acre fervilha de atividades culturais tendo como inspiração e objetivo o reconhecimento de uma identidade amazônica fundamentada na florestania. O termo nasceu aqui e muitos simplificam definindo-o como cidadania da floresta. Na verdade, o significado é mais amplo e original, podendo até ser que o entendimento completo exija uma alma como a de Euclides da Cunha.

IV

LIÇÕES DA FLORESTA

ADEUS, COPAÍBA!

Uma árvore que atinge 30 metros de altura com mais de metro e meio de circunferência no tronco serve em toda a Amazônia de “espera” para caçadores acostumados com a floresta. É que em volta dela costumam aparecer vários tipos de animais que vão comer seus frutos. Pássaros como papagaio, arara, tucano, jacu, curica e nambu; ou animais como paca, anta, porco-do-mato e veado, além de outras caças rasteiras, tanto comem os frutos como as mudinhas da dita árvore.

Os seringueiros acreanos contam que muitos animais com ferimento se esfregam no tronco dela, de onde escorre um óleo amargo com cheiro silvestre intenso, naturalmente, para curar suas feridas. Bom, dá para imaginar que se trata da *Copaifera spp.*, como chamam os cientistas, ou copaibeira, como os caboclos da Amazônia a conhecem. Os cientistas afirmam que no Brasil ocorrem 16 espécies, mas aqui na região são conhecidas 6 que produzem o óleo, com cores que variam de amarelo claro ao castanho, possui espessura grossa ou fina, podendo ainda ser transparente ou opaco.

Não é novidade na Amazônia nem nas grandes capitais brasileiras, e até em algumas capitais do mundo, falar das propriedades medicinais desse óleo. As farmácias oferecem o produto na forma líquida natural, em pequenas embalagens ou em comprimidos e pomadas faz anos. O IEPA (Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá) desenvolveu, durante o governo de João Alberto Capiberibe (1995 a 2002), mais de 80 produtos fitoterápicos, dos quais uma boa parte leva o óleo de copaíba na composição. A Universidade Federal do Pará, em Belém, pesquisa e produz outro tanto, incubando empresas do setor.

No Acre, o Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA), organização não governamental local de prestígio internacional, promove trabalho pioneiro com a copaíba desde 2001. E é aqui que aparece a novidade, já que o óleo está sendo extraído e comercializado com manejo, portanto, de forma sustentável.

Quem coordena o programa é a bióloga Rocio Chacchi Ruiz, que veio para Rio Branco ainda criança e por aqui ficou. “Não consigo viver sem isso”, diz ela sem nenhum sotaque espanhol, referindo-se ao trabalho no CTA, onde só tem hora para chegar. Ela acompanha o Programa de Manejo Florestal de Uso Múltiplo, não madeireiro, como o óleo de copaíba, a semente da palmeira Jarina, considerada “marfim vegetal”, e outras sementes utilizadas no reflorestamento e no artesanato. As famílias extrativistas envolvidas no programa vivem nos seringais São Luiz do Remanso e Porto Dias, e na Reserva Extrativista Chico Mendes.

Durante a Feira de Produtos da Floresta, realizada no começo de setembro (2005), em Rio Branco, as famílias sentiram pela primeira vez que a exploração com manejo, lenta, porque passa por muitos cursos e normas legais, consegue obter bons resultados na comercialização. O litro de copaíba, comercializado a 10 reais para o produtor, nas feiras vale mais de 100 reais, com o recurso de oferecer pequenas porções em embalagens atraentes. O preço pode melhorar muito com estratégias de marketing.

Retirar sem esgotar

Um grupo de amigos da bióloga Rocio Ruiz – Arthur Leite, Andréa Alechandre, Cleuza Rigamonte, Carlos Alberto Campos e Aluildo Oliveira –, formado pela Universidade Federal do Acre, facilitou seu trabalho antecipando pesquisas cujo resultado foi impresso no livrinho “Recomendações para o manejo sustentável do óleo de copaíba”, em linguagem simples para ser entendida pelos extrativistas. A publicação ensina as diversas etapas a serem seguidas: explica sobre a incidência da copaibeira na Amazônia, o valor medicinal do óleo, as características principais da árvore, a importância dela para os animais e, sobretudo,

a maneira correta da extração do óleo, deixando a árvore em condições de produzir dezenas de litros a cada três anos.

Antes das explicações sobre o manejo, alguns extrativistas metiam o machado na copaibeira. Eles a colocavam no chão de uma vez, ou proferiam golpes que a feriam de morte para extrair o óleo. Uma estupidez, porque a espécie não é tão abundante em lugar nenhum do planeta. Na Amazônia, o comum é encontrar duas árvores por hectare, dependendo da região. Em Tarauacá, no vale do Juruá, há registro de 20 árvores por hectare. Provavelmente, no Pará e no Amapá existam áreas de grande incidência, mas que ainda não foram pesquisadas.

Nas regiões trabalhadas pelo CTA estão sendo feitos o mapeamento e o plaqueamento, bem como os caminhos na mata ligando uma árvore de copaíba a outra, enquanto os extrativistas recebem um kit para trabalhar da maneira certa: um estrado (espécie de parafuso grande) de 1,20 metro de comprimento e três quartos de polegada para fazer o furo a 1,30 metro do chão; um cano de PVC de meia polegada para enfiar no furo; uma tarraxa de meia polegada para fazer rosca; uma serra para cano; tampa para cano PVC de meia polegada; e uma mangueira para fazer a ligação do buraco a um corote (balde) que vai receber o óleo.

A ciência avança rápido quando conta com a experiência dos povos da floresta. Se bem conduzida, corrige as ignorâncias que atrapalham. Ensina, por exemplo, que não basta encontrar uma copaíba para fazer o furo e achar que o óleo vai escorrer até o dia seguinte, quando deve ser colhido. Porque, de cada quatro copaibeiras encontradas, apenas uma tem o óleo. Ou seja, se numa propriedade forem encontradas 60 árvores, o dono só vai contar com a exploração de 20, que podem produzir de 4 a 32 litros por vez, cada uma. E as árvores só podem ser novamente exploradas no prazo de três anos.

Outras crenças não testadas cientificamente dizem que, durante a extração, a pessoa não pode olhar para a copa da árvore, porque o óleo para de escoar. E que uma mulher menstruada ou grávida não pode acompanhar a extração, senão a árvore se tranca. Diz a crença, ainda, que a copaíba que não tiver o óleo retirado estoura no tronco, e, se a árvore for furada na lua nova, rende mais. Os pesquisadores acreanos colocaram essas coisas todas em seu livrinho e insinuam que, na terra

de Chico Mendes, é um risco duvidar das lições aprendidas e vividas na floresta

Desvantagem ao agir certo?

Tem uma coisa que desanima Rocio Ruiz e seus amigos do CTA. É perceber como o Ibama, que disciplina o manejo de produtos florestais, cobra taxas caras de quem procura fazer a exploração manejada, mas admite outros tipos de exploração incorretos. Na verdade, cobra taxas pequenas e fornece as guias TPFs autorizando o transporte de produtos retirados de forma predatória. Por isso se conclui que toda copaíba encontrada nas farmácias do país e do mundo resulta de exploração ilegal ou não sustentável. O Acre é o primeiro estado a fazer o manejo da espécie.

Nas áreas coordenadas pela bióloga, as famílias pagam pelos serviços técnicos de vistoria, algo em torno de 300 reais; e mais 342 reais para o engenheiro que assina o Plano de Manejo. Por que o Estado não assume esses custos, colocando equipe técnica para fazer o credenciamento? As questões chegaram a ser discutidas em dezembro, de 8 a 12, num seminário realizado em Rio Branco com patrocínio do ITTO (*International Tropical Timber Organization*).

La esquecendo: como remédio, se utiliza quase tudo da copaibeira. Da casca e sementes são feitos chás contra doenças pulmonares; e purgante e bálsamos para tratamento da asma. São usadas também para curar reumatismo e problemas nos rins; como expectorante, laxante e anti-concepcional. No interior da Amazônia, o óleo é usado no tratamento de doenças venéreas e, principalmente, como cicatrizante de feridas e cortes de pele.

Embora a espécie tenha essa importância medicinal, os madeireiros cortam-na sem piedade e a entregam às serrarias que a transformam em tábuas de caixaria, a utilização menos nobre na construção civil. O produto é encontrado na maioria das serrarias de Rio Branco como madeira branca e sem valor para outros fins.

Mais informações constam do livrinho do pessoal do Parque Zoobotânico da Universidade Federal do Acre.

GOSTO DE HÓSTIA

A compensação para o cidadão comum que pouco entende de economia de mercado e globalização, ou de queda da bolsa e índices tais, temas recorrentes na televisão, é que ele pode apertar o controle remoto e cuidar da sobrevivência de forma menos complicada. Até porque o que estão falando, instruindo e advertindo é para quem tem dinheiro acumulado e quer acumular mais, não para quem vive de salário defasado na administração pública; ou de alguma outra atividade cujo rendimento, de tão curto, se acaba antes de qualquer projeção feita em economês.

Nesta situação se enquadram os povos da floresta, que, aliás, estão acostumados a viver sem os padrões sugeridos externamente. O que os mantém é uma economia alternativa praticada secularmente, embora nunca os governos tenham planejado uma melhoria de vida em função de seus resultados. Na verdade, nunca a valorizaram, nem mesmo consideraram-na uma economia, o que, entretanto, se impõe nestes tempos confusos e globalizados comandados por um indigesto caubói americano.

Mas a economia da qual estou falando esfrega as ventas do mundo, sobretudo a dos planejadores aos quais incomoda como mutucas, forçando o uso de repelentes. Não é o caso do Governo da Floresta, que, entretanto, precisa abrir os olhos para pautar melhor o desenvolvimento sustentável. Exemplos não faltam, e é aqui que entra a minha modesta contribuição.

A economia da floresta pode passar pelo planejamento do Gilberto Siqueira (secretário) com sua equipe técnica, mas, fundamentalmente, precisa ser compartilhada entre diversos órgãos governamentais, destacando-se a Secretaria de Educação e a Fundação Cultural. O orçamento da Cultura teria que ser reforçado para ajudar na criação de uma mentalidade nova de produção e consumo movida a sentimento, estética, autoestima. Movida a uma cultura acreana por excelência, explorada em sua potencialidade criativa.

O governo do PT no período 1998/2006 recuperou o Segundo Distrito com uma ideia que pode servir a esse propósito. Como tudo ali, presume-se, vai girar em termos da atração turística com ambienta-

ção histórica e cultural, não será difícil envolver artes nisso: a arte das costureiras, das doceiras, dos escultores; a arte dos que trabalham em artefatos de borracha, couro vegetal e madeira; a arte dos quitutes, dos arranjos florais, das essências perfumadas...

Querendo, dá para redescobrir e utilizar um mundo de coisas maravilhosas que os acreanos sabem fazer. A partir do núcleo no Segundo Distrito, a ideia pode se espalhar, e o Canal da Maternidade seria outro espaço-laboratório. Ali, imagino, podem funcionar bares, lanchonetes, restaurantes, teatro, pracinhas com vendedores ambulantes, todo um conjunto de atividades para experimentar uma estética nova (antiga).

As mesas, os aventais, os guardanapos, os cardápios teriam que passar pela avaliação de uma comissão que julgasse a qualidade, destacando a singeleza e originalidade das peças. As comidas, os ponches e as broas, por exemplo, também seriam avaliados. Sugiro que os cardápios dos restaurantes sejam confeccionados em couro vegetal. E que a cajuína daquela senhora de Xapuri (dona Maria Cosson) seja servida nos restaurantes como um sofisticado drinque. Já provaram o licor de mutamba que ela faz?

Estou propondo, com o alcance de um cronista dominical, que se resgatem coisas boas que o Acre produzia no passado, podendo, agora, agradar mais ainda e gerar renda para quem as produz. Ou seja, estou pensando numa forma de promover riqueza com identidade cultural.

Espero que no resgate reapareça uma especialidade que eu consumia nos anos cinquenta, quando atravessava o rio Acre de catraia para aprender no Segundo Distrito a arte de relojoeiro, com meu irmão Normando e seu patrão, o mestre Pedro Silva. A relojoaria ficava ao pé da escadaria, com visão ampla para o largo em que as ruas se bifurcam. Ali, por volta das 10 horas, eu mantinha um olho nas microscópicas engrenagens dos relógios e o outro num moleque que aparecia com uma bacia de alumínio na cabeça vendendo “tripa de galinha”.

Era como se chamava a guloseima que se assemelhava às tripas guisadas das penosas – outra coisa a se resgatar –, só que era feita de uma massa crocante, com recheio de mel de abelha da floresta. Meu Deus! O sabor daquelas tripas de mel só pode ser comparado, na minha memória, ao sorvete dos ambulantes que percorriam as casas com uma espécie

de barrica na cabeça, de onde retiravam a massa servida num cascalho com gosto de hóstia.

DOMESTICANDO MISTÉRIO

O Acre tenta criar bichos do mato em escala doméstica. Além da criação de pacas numa localidade a 30 quilômetros da capital acreana, contam-se outras espalhadas nos assentamentos do Incra, nas reservas extrativistas e nas áreas indígenas onde seringueiros e índios criam porcos-do-mato, tatus, tracajás e mutuns – todos de olho no mercado local e, quem sabe, também nos mercados nacional e internacional.

Os índios Ashaninka que vivem no rio Amônia, no alto Juruá, produzem tracajás em condição de abastecer o mercado de Cruzeiro do Sul, cidade acreana mais próxima da aldeia. Na mesma região, os Yawanawá do rio Gregório e os Kaxinawá do Tarauacá manejam tracajás e abelhas silvestres.

Na região do alto rio Acre, os Manchineri produzem tracajás em cativeiro e planejam fazer o mesmo com o mutum, considerado o peru da Amazônia. Já os não índios começam a criar tatu, porco-do-mato e capivara. Outros projetos semelhantes aguardam sinal verde do Ibama.

A gerente-geral do manejo de fauna silvestre, Edna Costa, declarou a um jornal de Rio Branco (2007) que isso é exigência do mercado, “e quem sair na frente vai se dar muito bem”.

Não duvido, pois a carne de caça sempre despertou interesse em muita gente que vive na cidade. Aliás, mesmo com as proibições cada vez mais severas, os urbanos continuam achando um jeitinho de comer uma paca no tucupi ou um veado guisado. As carnes desses animais são mais saborosas e saudáveis, porque possuem menos gordura, reduzindo o risco de colesterol.

Imagino, entretanto, que, a exemplo dos peixes criados em açudes, algumas espécies silvestres reproduzidas em cativeiro vão ter sabor diferente daquelas apanhadas na floresta. Dependendo da ração que lhes servem, os peixes parecem intragáveis. Além disso, outras histórias e a

consciência difundida pelos ambientalistas podem restringir as novidades da domesticação de bichos como alimento.

Sempre sou levado a citar exemplos da minha infância num seringal. Para quem vive num lugar assim, distante dos vícios e recomendações urbanos, o que a natureza produz tem proveito e parece natural utilizar. Assim, me criei comendo toda espécie de macaco, quelônio e aves. Em nossa casa eram mantidos bichos levados vivos por caçadores e que se tornavam cria de estimação. Eram parte da família e nunca iam para a panela.

Lembro-me de um papagaio que depois de velho manifestava irritação com a presença de crianças. Não podia ver um menino ou menina que avançava com unhas e bico para estraçalhar. Ainda guardo marcas no peito e nas costas desse bicho feroz que minha mãe acabou por puxar o pescoço de forma inapelável. A Nenzilda, que fazia a comida, chegou a colocar o verdão na panela e cozinhá-lo durante horas, mas ninguém ousou comê-lo. Foi enterrado – cozido e temperado – no fundo do quintal.

Outro exemplo, quase trágico, ocorreu com uma paca criada dentro de casa. À noite, à luz de lamparina, ela visitava os pés de cada pessoa se esfregando em cio. Depois, começou a procurar parceiro na mata e só voltava à noite, para dormir junto ao enorme fogão à lenha com estrutura de barro e esteios de maçaranduba. Minha mãe passou a vigiá-la, porque sabia que aquele dócil animalzinho gosta de dormir com cobra venenosa. Em sua toca na floresta tem sempre a pico-de-jaca, a mais peçonhenta da Amazônia, como hóspede. Meus irmãos mais velhos, exímios caçadores, perderam mais de um cachorro bom de caça porque foram picados no focinho quando seguiam a paca até seu buraco de morada.

Um dia, ou melhor, num começo de noite com lua nova, a família inteira aguardava a paca que tinha saído pela manhã para a floresta. Sentada na escada da cozinha, minha mãe estava atenta a qualquer movimento no quintal varrido com vassoura, até que a fujona apareceu avançando, lentamente, com paradinhas e olhadas para trás.

O melhor atirador da casa, o Walter, preparou a espingarda e enxergou atrás da paca a parceira venenosa, que vinha certamente para dormir

com ela junto ao fogão. Foi um só tiro de chumbo grosso, o suficiente para matar a cria e sua convidada. Nenhuma das duas comestíveis, naquelas circunstâncias.

RECA

Associados, parceiros e amigos do Projeto Reça (Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado) contam, numa revista de 143 páginas, toda a história da vitoriosa experiência de assentamento rural que seringueiros acreanos e colonos vindos do Centro-Sul do país empreendem na divisa entre os estados do Acre e Rondônia. A publicação, bem impressa e ilustrada, não resultou num enfadonho relatório de 13 anos de atividades do projeto, completados em 2002, como é comum se ver, mas num relato emocionante da comunidade que apostou na união e capacidade de pessoas que sabem o que querem na vida.

A revista reúne curtos testemunhos do bispo D. Moacyr Grechi, da Arquidiocese de Rondônia, da secretária especial da Amazônia, Mary Allegretti, do padre Luiz Ceppi (CPT-AC) e de consultores e financiadores estrangeiros. Entretanto, os principais relatos foram colhidos nas famílias (são cerca de 360 envolvidas) que, paciente e sofregamente, vencem as dificuldades e constroem uma bela experiência sustentável na Amazônia.

“Nós não temos aqui no nosso ramal alguém tão inteligente que é capaz de viver às custas dos outros; e nem ninguém tão burro que é capaz de deixar alguém viver às custas dele”, ensina um dos pioneiros, Francisco Berkembrock. São tantas as lições ensinadas por pessoas que quase morreram de malária, isolamento e fome, que leva a pensar se uma publicação assim não deveria ser mais difundida, até com uma edição mais barata e ampliada para espalhar o exemplo a todas as comunidades da floresta e das cidades da floresta.

O Reça nasceu no final dos anos 70, na Vila Califórnia, que pertencia ao Acre e hoje é território de Rondônia. Naquela época, muitos colonos do Sudeste e do Sul do país procuraram melhoria de vida na Amazônia. Muitos se instalaram em Rondônia, em assentamentos do Incra ou em

projetos particulares, fracassando no plantio de café e grãos a que estavam acostumados. O ponto final da nova fronteira agrícola era o Acre, para onde alguns acabaram vindo.

A experiência fracassada do estado de Rondônia e o conflito pela posse da terra instalado no Acre os induziram a buscar saída num antigo seringal desapropriado pelo governo federal. Nessas terras aconteceu, então, a união de colonos do Sul com os acreanos e o diálogo de culturas diferentes, que resultou na criação do Reca.

É emocionante como se dá essa troca, conforme depoimentos organizados por Tereza Moreira na revista que recebeu o título de *Nosso jeito de caminhar*. São tão ricos, verdadeiros e tão cheios de vida, que o leitor se apaixona pelo tema, ficando com vontade de conhecer e abraçar aqueles pioneiros como entes da família. Parecem, todos eles, conscientes do valor da natureza para os seres humanos e dos sentimentos que não podem se perder na vida coletiva.

Um exemplo disso está num depoimento da paranaense Geni Schroeder, quando ela fala da sensação de viver num barraco no meio da floresta: “Eu já me sentia feliz quando chegamos ali, naquele barrquinho. Até hoje eu gosto de ouvir os passarinhos cantar. Assim os pássaros, os bichos fazendo zoada, os macacos cantando na mata... Eu penso que, se fosse pra voltar para onde eu morava, no Paraná, eu não voltava mais não”.

Outra migrante, Emengilda Sordi, afirma que “trocando experiência em comunidade aprendemos a dar valor à natureza e dela tirar o conhecimento. Através disso conseguimos sementes e transformamos em mudas que hoje são árvores que dão frutos”. A novíssima geração Reca fala pela voz do garoto Marcelo Talini, de 11 anos, que escreveu com graça e estilo o poema “Treze anos depois”:

No sítio do meu avô
Tem abiu e tem goiaba.
Tem rambotã, tem laranja,
Tem limão que não se acaba.
Mapati, cana e banana,
Tem lindos pés de bacaba...

A família está contente,
 Por ter na mesa o seu pão.
 Os paióis abarrotados
 Nos enchem de emoção
 Ao saber que no domingo
 Tem missa e reunião.

Existe muito trabalho, fé e solidariedade entre as 360 famílias que impulsionam o Projeto Reca – localizado na BR-364, a 150 quilômetros de Rio Branco –, escolhido pelos presidentes dos sete países mais ricos do mundo como uma das melhores experiências de organização e de produção do planeta.

De fato, o projeto beneficia desde 2002 (estamos em 2006) cerca de 800 toneladas de frutos de cupuaçu ao ano, comercializando 195 toneladas da polpa desse fruto. Também produz e comercializa açaí, sementes secas de cupuaçu, torta de cupuaçu para fabricação de “cupulate” (chocolate feito a partir da semente desse fruto amazônico), manteiga de cupuaçu para cosméticos e sementes de pupunha. Tudo medido em toneladas.

Paralelamente, crescem lá dentro a educação, a saúde, o conhecimento científico e tecnológico, bem como a organização comunitária de homens, mulheres e crianças cada vez mais felizes com a vida que levam.

PACTO DE FÉ, FACA AMOLADA

As expressões “Governo da Floresta” e “Florestania” ampliam nossas esperanças de construir uma sociedade amazônica original inspirada na história, na cultura e na vocação lúdica dos nossos espaços. Eu as percebo como fachos de luz clareando os varadouros da nossa identidade. Naturalmente, tinham que ser cunhadas no Acre, onde, acredito, está concentrada a mais assumida consciência dos povos da floresta. Rezo (força de expressão) para que não sejam banalizadas e não se tornem rótulos de sentimentos descolados dos nossos sonhos reais.

A equipe do Jorge Viana acertou em cheio quando formulou a política de comunicação do Estado atrelando-a às ações da Educação e da Cul-

tura. É por aí que se pode avançar com a “florestania”. Eu, cá com meus botões, fico imaginando quanto podemos tirar proveito do isolamento e acanhamento históricos para fazer nossa “revoluçõzinha” cultural de barranco. Talvez um bom começo seja modificando a linguagem dos anúncios e a escolha da mídia para que as novas gerações se liguem na mensagem.

Quanto menos a gente lembrar a estética (ou a lógica) dos colonizadores, sejam eles europeus ou brasileiros do Centro-Sul, ou americanos do norte, melhor. Da festa deles, a do “descobrimento”, podemos aproveitar para “descobrir” o quanto podemos ser felizes valorizando as nossas “diferenças”.

A linguagem que nos serve tem que ter alma, o som da mata, o brilho das corredeiras. Penso em mil formas de dizer o que não costumamos dizer, mas sentimos, utilizando mensagens que surpreendam por serem pensadas de coração para coração. Penso na poesia substituindo os discursos tecnicistas. Penso nos gestos que deixaram de ser comuns entre nós, mas que ainda alimentam o dia a dia dos humildes e forjam, como no passado, a têmpera dos que fizeram e fazem a nossa civilização amazônica.

Penso em estátuas esculpidas em troncos de acapu, lembrando a bravura e a consciência do cacique Ajuricaba. E penso na dor, na saudade, na solidariedade dos seringueiros embrenhados na floresta, tecendo sentimentos que atravessam cipoais, copas, pântanos, corredeiras para recriar a vida.

Bem que podemos inundar escolas, templos, feiras, repartições e vilas com cartilhas, folhetos, cordéis, produções baratas de uma memória cara a todos nós; ensinando nossos jovens a tecer banes com fibras da bananeira e das palmeiras, com a arte indígena, com o compromisso revolucionário de enxergar o encontro mágico do homem com a natureza. Que tal espalhar pelas esquinas, ou em faixas que vão de uma margem a outra dos rios, ou em painéis esticados num tronco de samaúma, os versos de *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto? A comparação que o poeta faz de um recém-nascido das caatingas: “Belo como um caderno novo quando a gente principia”. Quem de nós não entende dessa sensação que se vive na infância?

É preciso navegar e é preciso viver, mas é preciso também mudar o discurso. O Governo da Floresta não vai segurar o resultado do que está propondo, a mudança, com o discurso gasto dos que perderam o poder, mas o querem de volta. Ou mesmo com o discurso novo dos que nunca enfiaram o pé na lama. Devemos juntar as sabedorias, as descobertas tecnológicas com as reflexões acadêmicas e a vivência dos povos da floresta, agitar e servir. É dessa mistura, bem dosada, que vamos obter o pacto de fé para esculpir o homem “florestino”.

Publicada na revista *outraspalavras*,
da Fundação Cultural Elias Mansour, do Acre.

PAPALAGUI APRESSADO

Estamos na Semana do Meio Ambiente (2006) e nós, indivíduos chamados civilizados, convenciamos que a data é adequada para se falar sobre a natureza, a ecologia, os homens da floresta, essas coisas...

Por isso escolhi o tema *Papalagui*, título de um livrinho de pouco mais de 100 páginas (Editora Marco Zero) que tem uma dezena de edições em português e, certamente, muito mais em outras línguas. A versão original foi impressa em alemão.

Os textos colhidos por Erich Scheurmann são comentários do chefe indígena Tuiávii, dos mares do Sul. Scheurmann esclarece que o autor jamais pensou em fazer tal publicação e que vivia com a mulher em sua ilha, desinteressado de contatos com a civilização branca. Esta, num determinado tempo histórico, teria ensinado muita coisa errada a seu povo.

A expressão *papalagui* é traduzida como branco ou estrangeiro, mas significa literalmente “aquele que furou o céu”. Surgiu como explicação ao aparecimento do primeiro missionário europeu que desembarcou em Samoa, num veleiro cujas velas brancas apareceram no horizonte como um buraco que se abriu no céu azul.

Quando criança, eu gostava muito de ver os filmes rodados no arquipélago de Samoa, geralmente protagonizados por Jeff Chandler, um ator cujos traços fisionômicos se assemelhavam aos dos habitantes da

região. O cenário feito de águas limpas, floresta e pessoas sorridentes valiam mais que todo o enredo dos filmes série “c” de Hollywood. Tudo parecia natural e compensador!

A descrição que Tuiávii faz sobre como vivem os brancos nas grandes, médias ou pequenas cidades, entretanto, não são nem um pouco honrosas. Ele não entende como nós, os *papalagui*, conseguimos viver trancados em blocos de cimento se fechando para as coisas singelas (e essenciais) da vida, ou correndo como tolos ou malucos atrás do tempo.

O tempo, segundo ele, escapa da gente “tal qual a cobra na mão molhada quando a seguramos com força demais”. Para sua tribo o tempo sobra:

— *Nunca nos queixamos do tempo; amamo-lo conforme vem, nunca corremos atrás dele, nunca pensamos em ajuntá-lo nem em parti-lo. Nunca o tempo nos falta, nunca nos enfastia. Adiante aquele dentre nós que não tem tempo! Cada um de nós tem tempo em quantidade e nos contentamos com ele... Não precisamos de mais tempo do que temos e, no entanto, temos tempo que chega. Sabemos que no devido tempo haveremos de chegar ao nosso fim e que o Grande Espírito nos chamará quando for sua vontade, mesmo que não saibamos quantas luas nossas passaram.*

Neste começo de milênio, vemos que o conceito de eficiência em qualquer atividade pressupõe a correria não recomendada por Tuávii. No moderno Governo da Floresta do PT acreano, por exemplo, os amigos quase nem conversam mais, porque precisam cumprir agenda de atividades, e o tempo parece “curto”. Além disso, quem não se enquadra na velocidade exigida vai ficando para trás como lerdo, ineficiente, descartável.

Durante a solenidade de abertura da Semana do Meio Ambiente, realizada na Praça Chico Mendes, em Rio Branco, um artista com função no governo chegou perto de mim e desabafou: “Estou meio angustiado, porque não consigo trabalhar bem, fora do meu tempo. Eu preciso sentir o que faço e nunca sei quanto tempo isso leva”. Nessa hora, enquanto o governador lia a programação da semana, minha cabeça voltou-se para um trecho do chefe indígena de Samoa:

— *Devemos livrar o pobre papalagui, tão confuso, da sua loucura! Devemos devolver-lhe o verdadeiro sentido do tempo que perdeu. Vamos despedaçar a sua pequena máquina de contar o tempo e lhe ensinar que, do nascer ao pôr do sol, o homem tem muito mais tempo do que é capaz de usar.*

OS 15 FILHOS DE MARIA

Ela é uma mulher muito jovem (44 anos) para ser mãe de 15 filhos. Eu a encontrei na colocação Lago do Triunfo, na margem direita do rio Juruá, entre as cidades de Porto Walter e Thaumaturgo. Maria da Glória estava cercada do carinho e do respeito de nove deles que formavam uma escadinha a partir das adolescentes Elda, Maria e Jadene, uma delas surda e muda.

O marido tinha saído atrás de serrar tábuas para terminar a casa nova que está construindo. Os outros seis filhos também se encontravam fora. O correto é dizer filhos e filhas, porque sete são mulheres e estão sempre mais próximas da mãe. Três delas apareceram algum tempo depois da visita e mandaram recado avisando que queriam ser fotografadas como os demais.

Quando me aproximei da casa, a família estava apinhada nas duas pequenas janelas da frente. Tinha quatro rostos numa e cinco na outra. O quintal é limpo, como manda a tradição dos seringais, e cercado com arame farpado. A cerca protege os moradores contra animais da floresta, rastejantes ou não. E à noite, com lua ou sem lua e a ajuda das estrelas, dá pra ver qualquer corpo estranho que se mova no espaço claro do barro varrido.

— A senhora parou a fábrica de meninos e meninas, não?

Ela não deu certeza. O mais novo, cujo nome não lembrou na hora em que fiz a pergunta, nasceu há menos de dois anos. Mas admitiu, meio encabulada, que quer parar; como a dizer que isso não depende só dela. As mocinhas, exceto a surda-muda, riram da situação.

Jadene, a mais extrovertida, disse que não vai casar. Não deve achar muito bom o exemplo que tem em casa. Ou, ao contrário, não quer despregar-se da numerosa e simpática família. Da forma como se juntaram para sair na fotografia, fazem crer que são muito unidos e vivem satisfeitos naquela beira de rio do Vale do Juruá.

— Aqui não precisamos pagar nada: temos peixe, arroz, feijão, macaxeira... A escola melhorou. O que às vezes aperreia é o problema da saúde.

Como exemplo do aperreio, ela puxou a camisa de um dos pequenos para exibir sua barriga com umas manchas estranhas. Disse que o levou aos municípios de Porto Walter e Marechal Thaumaturgo, mas nenhum médico diagnosticou a doença.

Dona Maria da Glória, de apelido Nena, é uma mulher magra, possui rosto que lembra alguma figura grega de beleza clássica. Dá para ler nesse rosto algum sofrimento e muita dignidade. E, dos pés à cabeça, a certeza de que pertence a uma raça forte.

Na verdade, subindo o Juruá e parando nas margens desse belo e rigoroso rio, os viajantes sensíveis percebem que penetram uma sociedade onde não cabe a fraqueza; ou a vaidade; ou a desesperança.

Dona Maria, dona Raimunda, dona Francisca... São tantas emergindo do centro da mata para as margens dos rios com reca de meninos! E vejo que possuem uma cultura com pelo menos 100 anos de diálogo com a natureza, o que me leva a pensar: esse povo está conectado, de alguma forma, com o humanismo que escapa das malogradas experiências entre ciência e bem-estar social. É uma gente que alumia caminhos insuspeitos para se alcançar uma sociedade boa e justa.

OUTRAS PALAVRAS

EPÍLOGO

Em outubro de 2001, a revista *outraspalavras*, editada pela Fundação Cultural Elias Mansour, do governo do Acre, me escolheu como entrevistado do mês. A revista circulou de outubro de 1999 a dezembro de 2002, com 18 edições e tiragem de 15 mil exemplares. Tinha como editora Vássia Silveira, minha filha, que reuniu como entrevistadores Antônio Alves, Aníbal Diniz, Simony D’Avila e Elizângela Pontes, além dela mesma. Na conversa, abri o coração. E, ao republicar a entrevista, neste momento, faço-o consciente de que não mudei minha maneira de pensar e agir.

Sabemos que você nasceu num seringal do rio Iaco, em Sena Madureira (AC), de uma família seringalista e que teve 11 irmãos. Você era o mais novo?

Depois de mim, só tem um. Quando nasci, peguei sarampo e fiquei muito doente. Minha mãe dizia que cheguei a morrer: colocaram vela acesa na minha mão e aí ela me entregou a Nossa Senhora da Conceição, após o que revivi (*risos*). A Santa é minha madrinha de crisma. Mas cresci franzino e moleirão, enquanto meus irmãos eram todos fortes – desde cedo caçavam, pescavam e trabalhavam na roça. O mais novo, Arialdo, dava de lambuja! Meu pai levava a gente ao roçado e colocava um terçado 128 na mão de cada um. Eu achava o terçado pesado, mas o irmão, parece que só para me fazer raiva, pegava o seu e pá, pá, pá!... Já eu, para cortar alguma coisa, tinha que ficar de cócoras (*risos*). Aquilo me criava uma frustração e tanto. E todos cobravam isso de mim, o que talvez tenha me empurrado para as letras. Devo ter pensado: preciso ser macho de outra maneira! (*risos*) Minha mãe era uma pessoa sensível

e tinha uma relação muito forte comigo, parecia querer compensar o que os outros irmãos diziam. Ou seja: que eu era moleirão, cabeção, zambeta, um bocado de apelidos que me colocavam. Mas minha mãe me protegia, me orientava para aprender a ler.

Você aprendeu a ler como?

Eu aprendi a ler com ela e com minhas irmãs. Depois estudei no colégio das religiosas em Sena Madureira e vim para Rio Branco.

Entrei no Grupo Escolar 7 de Setembro (que funcionava no Colégio Acreano) sabendo ler e escrever.

Quando você começou a fazer jornalismo?

Posso dizer que foi no Colégio Acreano, em 1957. O Edilson Martins (que se tornou escritor e jornalista) e o Odacir Soares (também jornalista, mas que se tornou político em Rondônia) montaram o jornalzinho *O Selecionado* e me ofereci para participar da equipe. Vi o jornal circulando, impresso em papel verde de embrulho: As historinhas, os aniversários, as notinhas sobre os professores, tudo me interessou! Eu procurei os dois dizendo que queria ajudar e eles pediram que eu escrevesse alguma coisa. Escrevi um texto piegas, sobre o filho do então professor Geraldo Mesquita, o José Henrique, que tinha ido para Fortaleza e estava brilhando nos estudos. O texto foi publicado e fiquei inflado. Mas não tinha segurança para continuar escrevendo, procurava ajudar buscando refrigerante, saindo atrás de papel... Eu queria participar de algum modo.

O que mais você lembra dessa fase?

Nós estávamos sem lugar e sem máquina para redigir, então procuramos o governador na época – o coronel Fontenele de Castro – que nos autorizou a usar seu gabinete depois do expediente. Ocupamos sua sala no Palácio Rio Branco, vendo de cima o obelisco, e nos sentimos os donos da praça... Uma outra história foi a de um juiz federal que chegou a Rio Branco, um maluco que mandava prender quem passasse por ele assobiando. Era proibido assobiar na cidade (*risos*). Ele também se invocava contra certos trajés. Implicou com um professor nosso, de Química, que fazia parte de um jurado e compareceu ao Fórum vestindo um paletó bege

com uma calça azul. O juiz mandou que ele se retirasse dizendo que não queria ninguém ali vestido de caneta Parker (*risos*). Aí decidimos entrevistar o juiz para *O Seleccionado*. De cara, ele disse que não nos receberia se não estivéssemos de paletó e gravata. Conseguimos o traje e fomos entrevistá-lo no Hotel Chuí, onde hoje é a Prefeitura. O sujeito esculhambou com a estudantada! Disse que aqui no Acre não tinha estudante, tinha um bando de vagabundos fumando pela rua (*risos*). Eu não lembro qual foi o desfecho da entrevista, só sei que depois o juiz virou galhofa. Quando passava em frente ao prédio da Escola Normal Lourenço Filho, hoje CERB, as alunas (eram quase todas mulheres) assobiavam de uma vez: “fiu... fiu... fiu...” (*risos*). O interessante é que os três – Edilson, Odacir e eu – acabamos nos tornando jornalistas profissionais.

Então, de certa forma, isso foi uma influência?

É, acho que foi. Mas existiram outras. Quando me transferi para Macapá, em 1959, encontrei lá um jornal chamado *O Castelo*, que era do grêmio estudantil do Colégio Amapaense. O grêmio acabara de eleger nova diretoria e ninguém entendia de jornal. Quando o pessoal soube da minha experiência no Acre, me chamou para ser diretor. Depois de *O Castelo* eu fui tomando gosto e veio *A Voz Católica*, um semanário da Prelazia, onde passei a me entrosar com um grupo de intelectuais e poetas, começando a fazer crônicas. Em 1963, fui para Belo Horizonte, entrei na Escola de Cinema e comecei a escrever sobre cinema. Eu queria ser crítico de cinema escrevendo para jornal.

Mas, apesar do Cinema, você acabou tendo que fazer jornalismo também em Belo Horizonte...

Em Belo Horizonte, eu comecei estudando Cinema e Belas Artes. Fazia Cinema à noite, na Universidade Católica, e Belas Artes pela manhã, na Escola Guignard. Mas, para sobreviver, produzia notícias em duas emissoras de rádio (Inconfidência e Tiradentes). Na Inconfidência eu redigia notícias para o programa *O Domingo é Notícia*, em troca de um pequeno cachê. E, na rádio Tiradentes, escrevia uma parte do programa *O Seu Repórter Esso*, que tinha três versões: às 7 da manhã, ao meio-dia e à noite. Eu fazia a parte de polícia e tinha que ir para a emissora às 3

horas da madrugada para telefonar aos plantões de polícia, gravar, tirar do gravador e fazer o texto. Passei um tempão fazendo isso, vivia disso. Foi na Tiradentes que conheci o Tito Guimarães, um estudante de Direito que tinha participado da Guerrilha de Caparaó. Ele fora preso, mas conseguiu fugir e trabalhava como redator, achando que o melhor lugar que tinha para se esconder era ali (*risos*). Foi quem me orientou muito sobre leituras, sobre Marx (Karl), ele tinha uma biblioteca fantástica. Bom, aí nós ficávamos sonhando em fazer jornalismo na Amazônia. Eu falava pra ele do Acre e do Amapá, a gente planejava montar um jornal na Amazônia! Foi então que aconteceu, em 1968, aquela grande passeata de protesto pela morte do estudante Edson Luís, assassinado no Rio de Janeiro pelos militares. Houve uma grande mobilização em Belo Horizonte e o Tito carregou no noticiário daquele dia, sugerindo ao povo que fosse para as ruas protestar contra os militares. Depois disso começamos a planejar a viagem para o Norte.

E vocês vieram mesmo fazer jornal na Amazônia?

Fiquei procurando me arrumar em Macapá e, dois meses depois, cheguei o Tito Guimarães dizendo que também tinha desertado. Contou que estava em São José do Capim, onde devia começar um levante – os pequenos produtores estavam dispostos a pegar em armas – e então pediu 100 burros para começar a guerrilha, mas o pessoal da coordenação negou. Ele ficou puto e foi para Macapá. Aí nós fomos morar no colégio dos padres, na gráfica do Colégio Diocesano. Tinha uma salinha lá, perto do jornal, eu fiquei como diretor do jornal e o Tito como diretor da rádio dos padres, a Rádio Educadora. Algum tempo depois, mataram o Marighella, em São Paulo. Nós registramos o fato em *A Voz Católica* numa nota pequena, mas na primeira página: “Morreu um grande brasileiro. Assassinado”. Naqueles tempos, isso era uma perigosa provocação. A Polícia Federal começou a nos seguir. Foi quando o Tito, que era um estrategista de ações militares, planejou sequestrar um avião da Varig para nos levar para Cuba. Conseguimos requisitar um revólver do padre Caetano Maiello e o Tito arranhou um vidrinho de penicilina com um líquido branco. Ele orientou: “Tu vais ficar na parte de trás do avião apontando o revólver (sem balas) e eu vou ficar com o vidrinho dizendo que é nitroglicerina e que vou explodir o

avião”. Ficou tudo certinho, tiramos as passagens, mas, ao me despedir da namorada, ela chamou atenção para algo que eu não tinha imaginado: “Tu vais para Cuba, e a tua família? O Tito não tem família aqui, mas a tua família toda vai apanhar muito, tua mãe, teu pai, teus irmãos, a Polícia Federal vai bater neles!”. Eu voltei ao Colégio Diocesano decidido: “Olha, eu não vou, não. A minha namorada tem razão...”. O Tito ainda insistiu: “Rapaz, lá em Cuba tu vais arranjar trezentas namoradas”. O problema era a família, argumentei, então ele também desistiu do sequestro e foi para Belém sozinho. Ficou na Casa do Estudante do Amapá e lá a Polícia Federal o prendeu, no dia seguinte. Prenderam o Tito e mandaram me prender em Macapá. O recado que veio de Belém é que eu era um elemento muito perigoso, que tinha participado da Guerrilha de Caparaó... Recomendaram aos agentes que fossem preparados, porque eu poderia reagir (*risos*). Eles pediram a ajuda de um jornalista (meu amigo Ernani Marinho) para me prender. Eu peguei minha rede e fui. No dia seguinte, me embarcaram para Belém. Passei uma semana sendo interrogado, sob ameaças, mas não me bateram. O Tito passou sete anos num presídio no Rio Grande do Sul... Eu fui solto por influência de amigos do Amapá e de um diretor da Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) que era meu amigo desde os tempos de BH. Só que, ao voltar para Macapá, eu era um proscrito.

E como foi essa volta, depois da prisão?

Foi muito difícil. Eu fiquei em dificuldade de sobrevivência mesmo. Ninguém me arrumava emprego.

Você já era casado?

Não, não... Casei depois, em março de 1970. Eu havia conquistado uma nova namorada – que se tornou minha mulher – através do rádio. Ela ouvia o programa *Alguma Coisa Antes que Anoiteça*, que produzimos na Rádio Educadora, e ficou fascinada. Queria me conhecer, mandou recado.

Como é que era o recado?

Ela disse que queria ler uns livros, pediu emprestado o *Fundamentos de Filosofia*, do Politzer (baseado no qual fazíamos o programa). Como eu

falei pra vocês, eu era uma referência revolucionária. Recebi informação de Belém que estavam procurando um lugar para fazer treinamento de guerrilha. E eu conhecia em Macapá um cara que era do PCB que tinha fazenda nas ilhas próximas. O Capi ainda não tinha sido preso, fomos juntos conferir o local: eu, o Capi, a Janete (esposa do Capi) e convidamos a Jalva. Ela ficou entusiasmada com a aventura. Viajar com guerrilheiros, né? (risos) Quando voltamos de lá, já estávamos namorando.

Isso foi em que ano?

Em 1970.

Depois disso você veio para o Acre?

Depois disso vivi a experiência como químico em Belém. No meu último estágio em Belo Horizonte, ganhei uma bolsa da Sudam para fazer um curso de tecnólogo em Química Industrial. Fiz o curso e depois da prisão, quando o jornalismo se fechou para mim, fui convidado para ir trabalhar na Companhia de Leite Pasteurizado do Pará, a Coleipa, do amigo de Belo Horizonte (o João Moreira, diretor de Incentivos Fiscais da Sudam). Lá, passei três anos, mas a atividade me violentava: cheguei a sofrer uma distonia neurovegetativa. Isso foi em 1974. Eu tinha pesadelos me afogando em tanques de leite. Resolvi largar a Coleipa para viver de artesanato. Passei um ano em Belém fazendo entalhe em madeira, mas o mercado estava saturado... Voltei para Macapá com um casal de filhos e passei a fazer bicos na imprensa local. A situação estava bem crítica quando o jornalista Lúcio Flávio Pinto, de Belém, me indicou para correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Foi quando você veio para o Acre?

Eu vim para o Acre em outubro de 1975, com um casal de filhos: a Vássia e o Tissiano.

Você já sabia como estava o clima aqui?

Eu não tinha ideia de como era o conflito, mas o meu envolvimento foi imediato. Só que minha formação era muito teórica e, quando comecei a entrar nos seringais, ouvir os relatos das pessoas atingidas,

nas periferias, eu vi que a minha teoria tinha pouca valia. Eu ficava impressionado de ver como eles colocavam com tanta clareza a situação e de que maneira se preparavam para reagir. Eu aprendi muito. E tenho consciência de que nesse momento voltou para mim toda a origem do seringal. As pessoas ameaçadas pareciam ser, de alguma forma, minha família, meus irmãos. Eu sempre ia fundo na denúncia dos posseiros, dos seringueiros. Ouvia o outro lado, mas relatava a situação com muito realismo, com envolvimento mesmo.

Você chegou e dois anos depois teve a experiência de montar o Varadouro, num momento muito forte da história do Acre...

Quando eu cheguei em 75, os conflitos existiam, mas os jornais não noticiavam. Só havia o jornal *O Rio Branco*, da rede dos Diários Associados, que publicava a versão dos fazendeiros e dos policiais. E tinha alguma coisa noticiada pela Igreja, através do boletim *Nós Irmãos*. Mas não havia a divulgação na grande imprensa, acho que essa coisa aconteceu quando eu cheguei aqui, porque o meu dia a dia era cobrir os conflitos. E o bispo D. Moacyr Grechi, que editava o *Nós Irmãos*, percebia isso e estava querendo montar um jornal fora da Igreja. Então começamos aquelas discussões intermináveis... Depois chegaram o Sílvio Martinello e o Antônio Marmo, dois jornalistas ligados à Igreja que vieram para ajudar a formar a equipe. Resolvemos sair das discussões e tirar o jornal de qualquer jeito. Nós já tínhamos contato com o Abrahim Farhat, com o Luiz Carvalho, o Alberto Furtado... Pegamos um dinheiro emprestado com o D. Moacyr.

A Igreja financiou os seis primeiros números...

Sim, D. Moacyr emprestou o dinheiro que garantia as seis primeiras edições.

E vocês pagaram o empréstimo?

Não, não, não deu para devolver, não. A gente tinha muita dificuldade, e olha que ninguém tinha salário no *Varadouro*. No Amapá argumentei isso com repórteres: a minha experiência de fazer bom jornalismo sem salário... O único salário no *Varadouro* era do Suede Chaves (hoje

advogado), porque ele tinha uma ninhada de menino para criar... O *Varadouro* era assim uma obra coletiva, resultado de um trabalho conjunto, de muitas pessoas, uma ação política. Era um outro momento no Acre, havia muita solidariedade entre as entidades: a Universidade, a Igreja, a Contag, todas essas entidades, e as pessoas chegavam para ajudar sem exigir nada. Era incrível, e isso era um pouco do espírito da imprensa alternativa no país todo, porque vinha da própria resistência ao regime militar, que era uma ameaça para todos. As pessoas se solidarizavam para enfrentar a ameaça comum.

Se você fosse sintetizar a experiência do Varadouro em uma frase, um sentimento, qual seria?

Eu acho que foi o sentimento de acreanidade. Foi um jornal que não rebuscou a linguagem, um instrumento colocado para ouvir e denunciar o relato de quem estava sendo ameaçado, se doía com aquilo, pegava a denúncia na forma como ela brotava das pessoas. Costumávamos dizer assim: “eu não sou capaz de fazer melhor que isso”. Porque na maneira como elas se expressavam já tinha toda a carga de gravidade, de denúncia, de emoção. E a gente respeitou isso.

Publicaram o texto do povo...

Publicamos o texto do povo, da maneira rica de expressar de quem está vivendo o drama, a dificuldade.

Por que você acha que a palavra que define esse sentimento é acreanidade?

A palavra acreanidade, eu gostei muito quando ela surgiu, acho que a ouvi em algum lugar; talvez o Mário Lima (acreano, professor da Unicamp) a tenha escrito num de seus textos acadêmicos... Entendi acreanidade como algo que estava desaparecendo, mas que estava ligado ao passado de sobrevivência de um estado distante, difícil, com uma economia que não tinha mais valor de exportação. Então como é que esse povo sobreviveu? Sobreviveu porque era simples, solidário, porque tinha valores que representavam alguma forma de satisfação, de alegria e ao mesmo tempo de resistente. Um povo que dividia o que tinha com os vizinhos... Pra vocês terem uma ideia: Quando saímos

do seringal e viemos morar em Rio Branco, na década de 50, a minha família tinha sido seringalista, mas vivia de um arrendamento que só durava até o meio do ano. O meu pai conseguiu a pensão de veterano da Revolução Acreana que custava a sair... Se não fosse a solidariedade dos vizinhos, a gente passava fome. A gente jantava pão com manteiga e café. E algumas vezes isso vinha da dona Albertina, uma vizinha casada com o sargento Horácio, da Guarda Territorial. O sargento tinha um suprimento do quartel que ela dividia algumas vezes com a gente. Vimos muito disso nos anos 70 entre as famílias que eram expulsas dos seringais e se amontoavam nos bairros João Eduardo, Cidade Nova, Bahia. As pessoas trocavam xicrinha de café pela janela, colher de açúcar, sal... Essa coisa é um traço cultural do Acre. Então eu acho que acreanidade (talvez eu estivesse já, naquela época, pensando no que hoje está mais claro para mim) é valorizar um sentimento comum a todos que vivem nesse estado, nessa região. É se abastecer dessa realidade para viver bem nesse presente, deixar de achar que as coisas aqui não têm solução, que tem que ser tudo diferente.

Então você acha que o sentimento que moveu pessoas e organizações na época da resistência, ele não se perdeu?

Não, não se perdeu. Acho que está sufocado. Se você der uma olhada em quem é juiz, quem é advogado, quem é promotor, você vai ver que são caras que a gente combatia nos anos 70. Eles venceram terreno, avançaram bastante, conquistaram o poder. Hoje o Acre é um pouco essa mistura, e a gente tem que aprender a conviver com isso.

Você acha que a imprensa, o jornalismo hoje, pode abrir canais para a expressão desse sentimento, desses valores, da mesma maneira que fez naquela época?

Pode e deve. Eu acho que o jornalismo que quiser crescer no Acre vai ter que fazer isso.

Mas o jornalismo que cresce hoje, no Acre, é aquele colado na grande mídia...

É, mas não acredito que os jornais de hoje estejam despertando mais atenção do que os daquela época. O *Varadouro*, um jornal precário, mal-impresso, chegou a impressionar em termo de vendagem pelo seu con-

teúdo, sua linha editorial, sua identidade: ele mexia com esta cidade. Eu acho que isso não morreu, não, o que morreu foram os jornais, porque desapareceram aquelas pessoas dispostas a fazer algo parecido com o *Varadouro*, um jornal simples, mas honesto. A linha ainda é aquela, um jornal que retome isso, que fale da acreevidade, que resgate as histórias, que fale ao coração das pessoas. Essas coisas não vão desaparecer, porque continuamos no meio da floresta, continuamos vendo os pássaros, sentindo a presença dos rios...

Você falou em uma entrevista ao Pedro Vicente, para a tese de doutorado dele, que acabou sendo publicada, que não acreditava que pudesse ser feito, atualmente, um jornal com tanto engajamento e apoio dos movimentos sociais. Por que esse desencanto?

Eu estava pensando no que estou vendo hoje (2001). Eu nunca parei de fazer jornal na Amazônia, mas tenho encontrado dificuldade, hoje, com repórteres que antes de serem bons jornalistas querem ganhar salários de profissionais e não querem trabalhar correndo risco. Não querem suar a camisa fazendo jornal. Acho que é um outro momento mesmo, as pessoas parecem mais preocupadas em garantir um salário para sobreviver. O desencanto não é só meu, é um desencanto das pessoas de um modo geral. Existe também nas entidades muita disputa. Parece que diminuiu mesmo o interesse pela causa coletiva, o objetivo de salvar o Acre. As pessoas parecem mais preocupadas em se salvar do que em salvar o Acre.

Você não acha que vocês, que criaram o Varadouro, contribuíram para essa situação política ao apoiarem governos do PMDB durante a década de 80?

Nós erramos ao apostar no PMDB, mas na época ainda não tinha opção melhor. Saímos de um regime de exceção com alguns elementos que eram ícones da oposição, que pareciam pessoas de vanguarda, mas que não o foram realmente. A gente acreditava no Aluizio Bezerra, no Nabor Júnior, no Geraldo Fleming, no Mário Maia... Porque só vimos como eles eram, realmente, depois que chegaram ao poder. O segmento político que chegou ao governo depois do regime militar era a cara do regime militar, possuía os mesmos vícios. Apenas tinha assumido um papel teórico de oposição que se beneficiava de ser oposição a um

regime decadente..., mas o PMDB não teve competência para avançar. Hoje a gente vê claramente que o que houve de revolucionário nos anos 70 e 80 foi a organização dos seringueiros e de segmentos da imprensa, como o *Varadouro*. Foi esse movimento que levou o PMDB ao poder. Mas o PMDB traiu isso, não estava sintonizado com a luta dos povos da floresta. Pelo contrário, assim que chegou ao poder procurou cooptar as lideranças para esvaziar o movimento.

Você disse no começo que sentia dificuldade de se adaptar à vida do seringal. Em algum momento você sentiu também vergonha dessa origem do seringal?

Muita. Eu até fazia a imagem, antes, de que carregava o seringal nas costas e o peso era tão grande que, diante de muitas coisas, ou de quase tudo, eu me sentia rés ao chão. Em Minas eu era um estranho. Passei oito anos vivendo no meio estudantil, mas me sentia acuado o tempo todo. Era pesado ser da Amazônia, ser do Acre, ter nascido no seringal... Certamente o problema não era colocado por eles lá, eu carregava um peso criado aqui, dentro da Amazônia. E isso, até os anos 60, foi muito forte... Isso veio da colonização europeia, quando os estrangeiros reduziram a cultura original da Amazônia a nada!

Como foi lidar com isso numa cidade como Belo Horizonte?

Isso me assustava. Houve momentos em que pensei que estivesse doente mesmo. Nos últimos anos, eu sentia dificuldades ao fazer as coisas, parava de ir à escola, ficava lendo, lendo, não queria colocar a cara lá fora. Foi quando li muito Krishnamurti... Aí comecei a fazer longas caminhadas pela cidade e meu ponto era em frente à livreria Itatiaia. Ali era meu ponto. Eu não tinha dinheiro para comprar livros, então ficava ali, parado, olhando... O que me assustou e me fez pensar em voltar para a Amazônia foi quando a dona da pensão em que eu morava passou e me viu daquele jeito e me sacudiu: “menino, o que que você tem?! Quer que eu leve você para o hospital?”. Eu pensei: “Porra, devo estar mesmo doente, e a minha doença é essa orfandade, esse mundo que eu não quero”. Aí eu me lembrei de um filme do Cacá Diegues, *A Grande Cidade*, que mostrava uma família de nordestinos que saía do interior para tentar viver na grande cidade, como o Rio de Janeiro, São Paulo...

E para sobreviver acabava se envolvendo com marginais, morrendo. Tem uma cena em que o Joel Barcelos (ator do filme) aparece baleado, agonizando: ele começa a lembrar do sertão e o cineasta usa imagens em negativo. O personagem montado num cavalo cavalga em negativo para o sertão... Eu achei que aquela imagem tinha tudo a ver comigo: eu tinha que voltar para a Amazônia, aqui era o meu lugar. Então eu voltei e nada mais valia pra mim: terminar o curso, fazer revolução de verdade, nada, eu queria voltar para respirar de novo.

E hoje?

Hoje estou elaborando isso de uma maneira muito positiva. Eu agora, aos 62 anos (2001), estou maduro para tirar proveito disso. Agora quero estabelecer uma espécie de barreira psicológica, de barreira cultural: “Eu serei superior se me abastecer do que eu sempre vi e senti, da minha Amazônia”. Então eu não preciso fazer nenhum esforço para parecer ser o que eu não quero ser. Eu não tenho que ter mais vergonha do que eu fui, pelo contrário, eu quero é conhecer melhor o que eu fui e valorizar isso.

Como é que você vê o Acre estando lá no Amapá?

A Marina (Silva, senadora pelo PT/Acre) diz que a melhor maneira de enxergar o Acre é com o coração. É como o vejo de qualquer lugar. No Amapá meu trabalho está comprometido com essa história de eu ser acreano e de estar lá fazendo algo que tem muita semelhança com o que acontece aqui. Na verdade, eu não tenho dúvidas de que o Amapá sustentável de hoje é consequência do que aconteceu no Acre nas últimas décadas: o despertar da consciência ecológica, a luta dos seringueiros, o surgimento da ideia de “povos da floresta”, os índios, os ribeirinhos... E, quando penso em voltar para o Acre, é porque o estado me inspira, me deixa mais ligado às minhas origens em contato com a floresta, com o olhar limpo das pessoas da beira de rio, com toda a solidariedade da qual falamos. O filósofo francês Edgar Mourin fala que o socialismo não conseguiu impedir que as pessoas se tornassem menos solidárias na sociedade moderna. Que o socialismo promoveu alguns avanços entre nações a gente reconhece, mas entre indivíduos e grupos houve um agravamento, as pes-

soas não são mais solidárias. Então ele coloca que o grande desafio hoje é buscar esse espírito de solidariedade, buscar a humanização da técnica e da burocracia. Então tem que humanizar e refazer a solidariedade entre as pessoas, os grupos, as etnias, as nações. Outra coisa importante que ele cita é que nós estamos ainda na idade primitiva das possibilidades do pensamento humano, nós temos muito que explorar para criar a situação de uma sociedade humana e solidária. Acabaram-se as certezas científicas e históricas, nós temos também que trabalhar com o improvável. Então tudo coloca a gente numa situação privilegiada, na Amazônia, para recriar as ações políticas, os pensamentos filosóficos, o jornalismo...

O povo da Amazônia, os intelectuais, os jornalistas, os políticos, a sociedade da Amazônia, hoje, tem condições, tem capacidade de apresentar essa contribuição?

Eu acho que sim e que levamos alguma vantagem nisso. Porque nós, por estarmos tão isolados, não temos muitas certezas – nem históricas, nem científicas. Nós ainda sonhamos, ainda acreditamos nos mitos, ainda praticamos a solidariedade, ainda estamos no caminho. Podemos pegar o fio invisível da vida inteligente.

Para você, o que é escrever?

É uma forma de contornar as dificuldades que tenho de lidar com o mundo, com as pessoas. Toda a timidez, a insegurança de me relacionar com o que me cerca (até por essa origem a que me referi, do seringa), de me sentir menor, de não estar no nível dos outros para competir... Então, escrever, para mim, é a forma de me comunicar, de me expressar. Da minha trincheira, eu me comunico com todas as pessoas, até com quem não conheço, então sinto que estou participando. É fundamentalmente isso.

Você “formou” algumas gerações de jornalistas. Qual a sensação de ver o pessoal que você viu chegando cru numa redação atuando hoje na imprensa?

Isso é surpreendente porque eu não sou na verdade um professor de jornalismo – o que passou por uma escola superior, tem o domínio total da gramática etc. O que consigo fazer bem é despertar nas pessoas

aquilo que elas já carregam consigo, quando carregam. Para as pessoas que vão trabalhar comigo eu fico repetindo: Olha, seja simples e honesto no texto; escreva como se você fosse o leitor. Não procure palavras que o leitor comum não conheça. O texto precisa fluir de forma atraente, com emoção... Procure anotar o detalhe, o gesto, o olhar, o riso, a tristeza das pessoas. É preciso prestar atenção na figura humana e traduzir isso num texto que pareça uma crônica. Se não conseguir isso da primeira vez, reescreva dez, vinte vezes... A técnica é essa. Minha filha Vássia vai logo me corrigir, mas tenho consciência de que não tenho esse texto tão bom que algumas pessoas dizem que tenho (*risos*). É sério: eu gostaria de ter um texto seguro, um estilo mais enxuto. O que valoriza o meu texto e o faz agradar às pessoas, presumo, é a simplicidade, a emoção. Eu não me envergonho de ser emocional no que publico. Até me sinto, às vezes, um Paulo Coelho do jornalismo (*risos*).

O jornalista e escritor José Roberto Alencar, em Sorte e Arte, disse que a maioria das reportagens que ele fez contou, invariavelmente, com grandes golpes de sorte. Você acredita nisso, no jornalismo?

Eu acho que tem isso também, mas essa sorte a gente pode chamar de outra coisa: uma fixação, uma vontade, uma intuição que a gente tem; o gosto, o amor pela coisa. Quando você está antenado, começa a enxergar mais tudo aquilo que pode dar uma boa matéria. Se você está realmente apaixonado pela profissão, se isso está muito dentro de você, se é a sua forma de expressão e de se entender com o mundo, é difícil não perceber as coisas que são importantes, porque está tudo entranhado, o jornalismo está em você...

Você teve ídolos no jornalismo, jornalistas que você admirou?

Tive vários, alguns até difícil de defender hoje. O David Nasser, por exemplo. Ele foi um dos primeiros a me encantar com seu texto! Teve o Joel Silveira, que sempre fazia as dobradinhas com o Indalécio Wanderley em grandes reportagens para a revista *O Cruzeiro*. Mais recentemente, passei a admirar o Zuenir Ventura, o Rubem Braga – uns cronistas, outros repórteres. Admiro o Ricardo Kotscho como repórter. Aqui na Amazônia tenho o Lúcio Flávio Pinto, de Belém, como meu

guru. É jornalista, sociólogo, escritor, poeta, militante, um amazônida por excelência. Aqui no Acre temos o Antônio Alves, o Toinho, com um texto de causar inveja.

O jornalista deve sempre publicar a verdade ou, às vezes, é melhor que não faça isso?

Eu procuro sempre a verdade, mas, num esforço de responder à sua pergunta, posso dizer que já aconteceu comigo... Deixei de publicar uma verdade por achar que ela ia servir de instrumento contra outra verdade maior. Isso aí pode ser uma falha, eu sou esse tipo de jornalista que talvez falhe por ser também um militante.

E quanto a publicar a mentira?

Aí, jamais. Tem um livro do Rainer Maria Rilke, *Cartas a um Jovem Poeta*, em que ele fala a um jovem estreante sobre o ofício de escrever. O jovem perguntou sobre a importância de continuar tentando, ao que Rilke respondeu: “Procure se recolher no maior isolamento possível e experimente uma solidão profunda. E, do fundo dessa solidão, pergunte a si mesmo: ‘Eu viveria sem escrever?’. Basta ter dúvidas na resposta para não ter mais o direito de fazê-lo”, ensina Rilke. Acho que podemos aplicar a imagem para a ética jornalística: se você decide escrever uma mentira conscientemente, não tem mais o direito de continuar fazendo jornalismo.

Acre, um estado de espírito, de Elson Martins, foi projetado e composto pelo Serviço de Formatação e Programação Visual do Senado Federal. A fonte é a Spectral, corpo 10,5, desenhada em 2017 pela Production Type, de Paris, inspirada no tipo Elzévir Nº 9, cunhado em 1882 pela Warnery Frères.

O livro foi impresso em papel polen soft 80g/m² nas oficinas da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir em julho de 2023, de acordo com o programa editorial do Conselho Editorial do Senado Federal.

A figura horripilante do Mapinguari está no imaginário dos povos da floresta. Vira e mexe a gente ouve falar de alguém que, em algum ponto remoto da Amazônia, se deparou com o bicho. Sua fama chegou até o Japão, interessando a Television Broadcasting System (TBS), que mandou uma equipe filmá-lo nas matas do Acre. É claro que não conseguiu: 10 técnicos transportando 40 volumes com uma tonelada de material de filmagem passaram uma semana (em agosto de 1996) procurando o gigante lendário sem ver nem o rastro do animal.

O biólogo norte-americano David Oren, pesquisador do museu paraense Emílio Goeldi, em cujos estudos a TV japonesa se baseou, andou bem perto de dar uma explicação científica dos relatos de seringueiros e índios. Eu o entrevistei em 1996 em Macapá, no Amapá, e ele disse estar convencido de que o Mapinguari é uma preguiça terrestre que viveu há 10 mil anos em várias regiões do planeta e que ainda pode ser encontrada em lugares isolados e impenetráveis da Amazônia.



BAIXE GRATUITAMENTE
ESTE LIVRO EM SEU CELULAR

Encontre este livro gratuitamente em formato
digital acessando: livraria.senado.leg.br

SENADO FEDERAL

